



# CONSUD

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste

## **EDITAL** **PREGÃO ELETRÔNICO 10/2026** **PROCESSO ADMINISTRATIVO 11/2026**

### **OBJETO**

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados ao atendimento das demandas internas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD) e do CAPS AD III.

### **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE**

UASG: 458403

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 320.272,24 (Trezentos e vinte mil, duzentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos).

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 08/07/2026 às 08h30min

### **LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:**

[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por item

### **MODO DE DISPUTA:**

Aberto e fechado

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Não

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2026**  
**DATA DA REALIZAÇÃO: 08/07/2026**  
**HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min**

Torna-se público que o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE**, através de sua Pregoeira designada pela Resolução nº. 101/2024 de 08/07/2024, com a devida autorização expedida pelo Sr. Coordenador Administrativo do CONSUD, Alceu Carlos Freisleben, realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da Resolução 24/2023 do CONSUD, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1 DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto desta licitação o registro de preços visando a aquisição de medicamentos para o atendimento das demandas internas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD) e do CAPS AD III.

1.2 O descritivo detalhado, as especificações técnicas e as quantidades totais estimadas relativas ao objeto encontram-se discriminados no Anexo I deste Edital, o qual consolida a demanda integral necessária para o atendimento das unidades administrativas e assistenciais próprias do Consórcio.

1.3 Os itens objeto deste planejamento são classificados como bens comuns, nos termos do Art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4 O objeto desta licitação restringe-se, exclusivamente, ao fornecimento de medicamentos industrializados, produzidos por laboratórios farmacêuticos devidamente autorizados.

- a. Não será aceita a oferta de medicamentos manipulados (fórmulas magistrais ou oficinais)
- b. A vedação justifica-se pela natureza das atividades desenvolvidas na sede e no CAPS AD III, que demandam medicamentos com apresentações e dosagens industriais padronizadas, além da existência de planejamento específico para itens de manipulação quando necessário.

1.5 A seleção dos fornecedores será realizada por meio de Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento o menor preço por item, nos termos do Art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

1.6 Na ocorrência de eventuais divergências entre o descritivo do objeto constante no Catálogo de Materiais (CATMAT) do Governo Federal e as especificações apresentadas neste Edital, prevalecerão as informações fornecidas neste documento, visando garantir o pleno atendimento das demandas assistenciais específicas e a padronização terapêutica das unidades do CONSUD.

1.7 A presente licitação será realizada sob o rito da ampla concorrência, não sendo aplicado o tratamento diferenciado previsto nos Artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com fulcro no Art. 49, inciso II e IV da referida norma.

- a. A opção pela não exclusividade fundamenta-se na natureza crítica dos fármacos, que são de uso contínuo, essencial e indispensáveis à manutenção das atividades de saúde desta Entidade. A restrição do certame a ME/EPP poderia comprometer a segurança do

abastecimento, dada a necessidade de garantir fornecedores com robusta capacidade logística e produtiva, capazes de suportar a demanda ininterrupta e o volume necessário para o atendimento regular dos pacientes.

- b. A decisão pela ampla concorrência também é ratificada pela experiência administrativa desta Entidade em certames anteriores, nos quais foram registradas falhas reiteradas na entrega de insumos por parte de empresas de pequeno porte. Tais inexecuções, decorrentes de limitações na escala de produção e logística de distribuição, geraram riscos críticos de desabastecimento. Tratando-se de produtos medicamentosos (uso essencial e ininterrupto), a Administração não pode admitir a reincidência de tais gargalos operacionais, sob pena de interrupção dos serviços de saúde e prejuízo direto ao atendimento da população.
- c. Portanto, a medida visa não apenas ampliar a competitividade, mas assegurar que o interesse público e a continuidade do serviço essencial de saúde não sejam prejudicados por eventuais limitações operacionais, garantindo a eficiência e a segurança jurídica da contratação.

1.8 Conforme estabelece o Art. 24 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o orçamento estimado da contratação será mantido sob sigilo até o encerramento da fase de lances, sem prejuízo da divulgação dos quantitativos, especificações técnicas e demais informações necessárias à elaboração das propostas. A medida tem por finalidade ampliar a competitividade, fomentar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e reduzir o risco de que o valor estimado seja utilizado como parâmetro para a formação dos preços ofertados, preservando a efetividade da disputa e a busca pela economicidade.

1.9 Qualquer ato ou conduta que configure infração à ordem econômica, com o objeto ou potencial de limitar, falsear ou prejudicar a livre concorrência, será apurado e reprimido nos termos da Lei nº 12.529/2011, incluindo-se as práticas de cartel caracterizadas, entre outras, por acordar, combinar, manipular ou ajustar com concorrente preços, condições, vantagens ou abstenção em licitação pública.

---

## **2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6 Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, observadas as disposições do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.6.1 As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por seus representantes legais, indicando a empresa líder, que será responsável pela representação do consórcio perante a Administração durante o procedimento licitatório e a execução da Ata de Registro de Preços.

2.6.2 As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na execução da Ata de Registro de Preços.

2.6.3 A habilitação técnica, econômico-financeira, jurídica, fiscal, social e trabalhista será aferida na forma prevista no Art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.6.4 É vedada a participação de uma mesma empresa em mais de um consórcio ou simultaneamente em consórcio e de forma individual nesta licitação.

2.7 Não poderão disputar esta licitação:

- a. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- i. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



- j. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

2.8 O impedimento de que trata no item 2.7 alínea d será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se refere o item 2.7 nas alíneas b e c poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão da ata, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11 O disposto no item 2.7 alíneas b e c não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

2.13 A vedação de que trata o item 2.7 alínea e, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

---

### **3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

---

3.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital.

3.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- b. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- a. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5 A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10 O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

3.13 A proposta encaminhada deverá conter apenas uma indicação de marca, por item.

---

#### **4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

---

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a. Identificação do fármaco conforme a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua ausência, a Denominação Comum Internacional (DCI);
- b. Concentração e composição detalhada do princípio ativo;
- c. Forma farmacêutica (comprimidos, soluções, injetáveis etc.) e unidade de medida;
- d. Identificação do laboratório fabricante detentor do registro;
- e. Nome comercial ou marca do medicamento, quando aplicável;
- f. Apresentação das embalagens primária e secundária, com especificação clara do quantitativo de unidades por invólucro (blíster, frasco, ampola, caixa etc.).

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, conforme art. 82, IV, da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021.

4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- a. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

---

#### **5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

---

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, no dia e horário estipulado nesse edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,0001.

- a. Os valores deverão conter 4 (quatro) casas decimais, afim de fomentar a competitividade do certame e a seleção mais vantajosa para a Administração Pública.

5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto e fechado”.

5.11 No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

- a. Primeira etapa de lances (fase aberta) terá duração de quinze minutos e, após isso, será aberto 10 minutos aleatórios com fechamento eminente dos lances.
- b. Encerrada a etapa aberta, o autor da oferta mais vantajosa e aqueles com valores até 10% superior à essa oferta serão convocados pelo sistema para que ofertem um lance final e fechado.
- c. Na ausência de no mínimo 3 ofertas, nas condições acima, o sistema convocará os autores dos melhores valores subsequentes, no máximo de 3, para ofertarem lance final e fechado.
- d. A fase fechada o licitante poderá optar por manter o seu último lance de etapa aberta, ou por ofertar valor menor, em até 5 minutos após a convocação.

5.12 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



5.13 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- a. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- b. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- c. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- d. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- a. Negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- b. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- c. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

- d. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- e. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.18 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.20 No caso de esgotamento dos critérios de desempate, e havendo ainda duas ou mais propostas empatadas, a classificação será realizada, obrigatoriamente, por meio de sorteio público. Os licitantes envolvidos no empate serão devidamente convocados para o ato, sendo vedada a utilização de qualquer outro método para o desempate. Conforme Instrução Normativa nº 79 altera a IN SEGES/ME nº 73, de 2022, que prevê a hipótese de sorteio e atualizando os percentuais máximos para convocação de licitantes nas modalidades de licitação “aberto/fechado” e “fechado/aberto”, especialmente quando houver a aplicação de margens de preferência.

5.21 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM UNITÁRIO**, observadas as especificações técnicas constantes neste Edital;

---

## 6 DA FASE DE JULGAMENTO

---

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

- a. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- b. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

- c. A existência de Ocorrência Impeditiva Indireta, por si só, não constitui motivo automático para desclassificação ou inabilitação do licitante, devendo a decisão administrativa ser fundamentada após a realização das diligências necessárias e análise dos elementos apresentados pelo interessado.
- d. Constatada a existência de sanção vigente que impeça a participação em licitações ou a contratação com a Administração Pública, o licitante será reputado inabilitado, por ausência de condição de participação no certame.

6.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o edital.

6.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. Contiver vícios insanáveis;
- b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

- a. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
  - I. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - II. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- b. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- c. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- d. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- e. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

- f. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto e documentação técnica, será colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

---

## **7 DA FASE DA HABILITAÇÃO**

---

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderão ser substituídas pelo registro cadastral no SICAF.

7.3 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.4 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.6 A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura ata de registro de preços, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório.

7.7 A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos:

- a. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- b. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- c. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).



- d. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.8 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.9 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

#### **7.11 DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA:**

7.10.1 Os produtos ofertados deverão estar em estrita conformidade com as normas e padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pelo Ministério da Saúde (MS).

7.10.2 Em consonância com a definição do objeto, todos os itens ofertados deverão possuir registro válido junto à ANVISA na categoria de medicamento industrializado, sendo causa de desclassificação imediata a oferta de produtos cuja produção seja de natureza manipulada/farmacêutica magistral.

7.10.3 A licitante deverá encaminhar, no momento da sessão pública, a documentação comprobatória da regularidade sanitária de cada produto, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a. Registro do produto na ANVISA vigente;
- b. Documento comprobatório de isenção de registro, acompanhado da respectiva notificação simplificada, quando aplicável;
- c. Notificação ou cadastramento do produto junto à ANVISA;
- d. Comprovação de que o produto não está sujeito ao controle sanitário, nos termos da legislação vigente.

7.10.4 Na hipótese de registro vencido, a licitante deverá apresentar o comprovante do pedido de revalidação (peticionamento) protocolado junto à ANVISA, acompanhado da cópia do registro anterior, desde que o protocolo tenha sido realizado dentro do prazo legal, garantindo a continuidade da regularidade sanitária conforme os normativos da agência reguladora.

7.10.5 A ausência da comprovação de regularidade sanitária ou do protocolo de revalidação tempestivo acarretará a desclassificação do item correspondente, visando garantir a segurança terapêutica e o cumprimento das normas regulatórias.

7.10.6 Para a comprovação da regularidade operacional e técnica da empresa, deverão ser apresentados:

- a. Cópia da Licença Sanitária (Alvará Sanitário) vigente, emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante;
- b. Cópia da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA;

- c. Cópia da Autorização Especial de Funcionamento (AE), caso a licitante realize cotação de medicamentos sujeitos ao controle especial da Portaria SVS/MS nº 344/1998;
- d. Certificado de Regularidade Técnica (CRT) válido, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) competente, comprovando a assistência de profissional farmacêutico responsável.

7.11 A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de produtos com características semelhantes às do objeto desta licitação.

7.12 Em observância ao Art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, o atestado deverá comprovar que a licitante executou fornecimento por período não inferior a 12 (doze) meses, de modo a demonstrar a consistência e a capacidade operacional para atender a demandas regulares.

7.13 A exigência de experiência mínima de 12 (doze) meses fundamenta-se na necessidade da Administração em verificar a aptidão da licitante em manter o fluxo de fornecimento parcelado e contínuo, mitigando riscos de rupturas de estoque que comprometeriam a assistência farmacêutica dos 27 municípios consorciados.

7.14 O detalhamento das informações nos atestados visa conferir transparência e segurança jurídica ao julgamento, assegurando que o fornecedor selecionado detém a infraestrutura e a expertise necessárias para o cumprimento das obrigações contratuais, sem configurar barreira injustificada à competitividade.

7.15 Deverá ainda anexar a **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA AOS TERMOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD**, conforme anexo I.

#### 7.16 DA HABILITAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA

- a. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma do Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.
- b. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

7.17 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

- a. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.18 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.19 Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pela equipe técnica, pregoeiro e sua equipe de apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

7.20 No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.21 O não atendimento das exigências constantes do item 7 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.

7.22 O Centro de Abastecimento Farmacêutico - CAF do Consórcio se reserva o direito de avaliar previamente, ou a qualquer tempo, a documentação e as instalações do LICITANTE;

7.23 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.24 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

---

## **8 DOS RECURSOS**

---

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- c. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- d. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.consud.org/licitacao/>.

---

## **9 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 Após a homologação do resultado final do certame, a licitante vencedora deverá realizar o cadastro de seu representante junto ao Setor de Compras do CONSUD, pelo e-mail [compras@consud.org](mailto:compras@consud.org), no prazo de 3 (três) dias úteis.

9.2 Após a homologação da licitação, será formalizada a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP), que funcionará como o documento vinculativo de fornecimento, contendo os valores, condições e demais especificações acordadas, estabelecendo o compromisso formal da licitante vencedora em cumprir os termos definidos.

9.3 Setor de Contratação do CONSUD entrará em contato com a licitante vencedora, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, enviando a ARP pelo canal oficial de comunicação do setor para assinatura.

9.4 A licitante vencedora deverá dispor de Certificação Digital válida da empresa para efetuar a assinatura da ARP.

9.5 A empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da ARP, para realizar a ASSINATURA DIGITAL e devolver o documento pelo mesmo canal de comunicação utilizado para o envio inicial.

- a. A exigência de assinatura digital na Ata de Registro de Preços está fundamentada no artigo 5º, inciso I, do Decreto nº 10.278/2020.

9.6 Após a assinatura da ARP, a licitante vencedora passará a ser denominada formalmente como DETENTORA DA ATA, sendo responsável por cumprir integralmente as obrigações previstas neste Edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual.

9.7 Caso a licitante vencedora se recuse a assinar a ARP ou apresente situação irregular no momento da convocação, será chamada a próxima licitante classificada, seguindo a ordem de classificação, para a assinatura. Esse procedimento será realizado sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme previsto no Art. 142, § 2º, da Resolução nº 24/2023 do CONSUD.



9.8 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

9.9 Em conformidade com o disposto no Art. 84 da Lei nº 14.133/2021, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período, desde que haja manifestação de interesse da Administração e seja comprovada a manutenção da vantagem econômica dos preços registrados.

9.10 Conforme previsto no Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021, antes de formalizar a Ata ou proceder a qualquer prorrogação, o CONSUD deverá realizar as seguintes consultas para assegurar a idoneidade e regularidade da detentora:

- a. Verificar a regularidade fiscal e tributária da contratada;
- b. Consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- c. Consultar o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- d. Emitir certidão negativa de inidoneidade;
- e. Emitir certidão negativa de impedimento;
- f. Emitir certidão negativa de débitos trabalhistas.

9.11 Toda a documentação comprobatória das consultas mencionadas no subitem anterior deverá ser obrigatoriamente anexada ao respectivo processo administrativo de contratação.

#### **9.12 DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto principal deste edital.

9.12.2 Será admitida a subcontratação exclusivamente para a execução dos serviços de transporte, logística e descarregamento dos medicamentos, devendo a entrega ser realizada obrigatoriamente na sede do CONSUD, em Francisco Beltrão.

9.12.3 Na hipótese de subcontratação prevista no item anterior, a detentora da Ata de Registro de Preços assumirá total e exclusiva responsabilidade, civil e administrativa, por todos os atos, omissões ou eventuais danos causados pela subcontratada ou seus prepostos durante o trajeto e a descarga dos itens.

9.12.4 existência de contrato de subcontratação não exime a fornecedora principal do cumprimento rigoroso das obrigações relativas aos prazos de entrega, condições de armazenamento e integridade farmacêutica dos produtos, permanecendo esta como a única responsável perante o CONSUD por qualquer desconformidade verificada no ato do recebimento.

---

### **10 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1 A DETENTORA DA ATA, durante a execução da ata, que incorrer em infrações contratuais ou legais, ficará sujeito às seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- a. Advertência;
- b. Multa;

- c. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e. Sanções previstas na minuta contratual, cometidas na fase de execução contratual;
- f. Descredenciamento do sistema de registro cadastral;
- g. Cancelamento da Ata.

10.2 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.3 Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, o Consórcio aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

CORRESPONDÊNCIA DE % (PORCENTAGEM)		
Grau	Porcentagem	Base de cálculo
01	10% (dez por cento)	Valor do empenho
02	10% (dez por cento) ao dia	Valor do empenho
03	20 % (vinte por cento) ao dia	Valor do item
04	10 % (dez por cento)	Valor total do contrato por item
05	30 % (trinta por cento)	Valor total da Ata

10.4 Da classificação das infrações por gravidade (GRAU):

DESCRIÇÃO DA GRAVIDADE OCORRIDA		
Item	Descrição	Grau
1	Deixar de apresentar as certidões de regularidade (fiscal, trabalhista e previdenciária) junto à nota fiscal ou quando solicitado pela Administração.	05
2	Não cumprir o horário de entrega estabelecido neste termo;	01
3	Suspensão ou interrupção da execução da ARP, durante a análise dos pedidos de revisão, sem expressa concordância da Administração;	02 e 05
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais;	05
5	Entregar produto em desacordo com as especificações deste documento e proposta sem motivo justificado e aceito pela Administração;	03
6	Entrega em local diferente do especificado no contrato sem prévia autorização;	02
7	Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do contrato;	01
8	Atraso injustificado, até o trigésimo dia, para a entrega dos produtos, incidente sobre a quantidade que deveria ser entregue, contado a partir da emissão nota de empenho de despesa, limitados à 30 (trinta) dias (POR INCIDÊNCIA);	01 e 02
9	Entregar medicamentos com prazo de validade inferior ao estabelecido neste Termo de Referência (75%) sem a prévia apresentação e aceite da Carta de Compromisso de Troca.	03
10	Entregar medicamentos termolábeis sem o devido monitoramento de temperatura ou com evidências de excursão térmica (fora da faixa recomendada pelo fabricante) durante o transporte.	03
11	Deixar de substituir, no prazo de 10 (dez) dias corridos, produtos que apresentarem vícios de qualidade, embalagens avariadas ou que tenham sido objeto de recall sanitário.	02

12	Recusar o atendimento de pedidos sob a alegação de faturamento mínimo ou lote mínimo, descumprindo a obrigação de atender qualquer quantitativo registrado.	01
----	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

10.5 A somatória das multas previstas nas tabelas acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do empenho referente à produção no mês da ciência da infração;

10.6 No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias corridos ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 30% (trinta por cento) do valor total do empenho referente à produção no mês da ciência da infração, fica facultado ao Consórcio reconhecer a ocorrência das hipóteses de cancelamento da ARP;

10.7 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à empresa CONTRATADA;

10.8 Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a empresa CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial;

10.9 A multa, aplicada após regular processo administrativo, e esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido à empresa CONTRATADA, será encaminhada para cobrança judicial.

10.10 A manutenção da regularidade fiscal, durante a execução do contrato, constitui condição obrigatória. O descumprimento poderá motivar:

- Rescisão contratual por descumprimento de cláusula essencial (Art. 121, §1º, e Art. 137, inciso III, da Lei 14.133/2021;
- Cancelamento da execução dos serviços contratados, conforme análise de conveniência e interesse público;
- Aplicação das sanções administrativas cabíveis.

## **11 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 Caberá a Pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

11.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.4 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail [processoslicita@consud.org](mailto:processoslicita@consud.org).

11.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

---

## **12 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

12.1 Fica assegurado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

12.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

12.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

12.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

---

## **13 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

13.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução desta ata de registro de preços nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro da presente ata, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto da ata, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

---

## **14 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

14.1 A presente contratação pauta-se pela observância de critérios de sustentabilidade que visam a mitigação de impactos ambientais e o fomento à responsabilidade socioambiental em todo o ciclo de vida do objeto. Sob esta ótica, o processo de aquisição de medicamentos prioriza soluções que aliem a eficácia terapêutica à preservação dos recursos naturais, incentivando a utilização de embalagens e recipientes que favoreçam a reciclagem ou a logística reversa.

14.2 No que tange à logística e distribuição, a Administração busca valorizar práticas que otimizem o transporte para a redução da emissão de gases poluentes e a utilização racional de materiais de embalagem secundária. As contratadas deverão observar o descarte adequado de resíduos decorrentes do fornecimento, em estrita conformidade com as normas ambientais vigentes, visando minimizar o impacto ecológico da operação.



14.3 Além da dimensão ambiental, os critérios de sustentabilidade abrangem a eficiência administrativa e a máxima utilidade do gasto público. O modelo de Registro de Preços adotado nesta licitação é uma ferramenta estratégica de sustentabilidade, pois permite um planejamento de demanda preciso para a sede e o CAPS AD III, evitando a imobilização desnecessária de capital e, primordialmente, reduzindo o risco de descarte de medicamentos por vencimento de prazo de validade (perda de estoque).

14.4 Dessa forma, a atuação do CONSUD assegura que a política pública de saúde contribua para a proteção ambiental e para a responsabilidade fiscal, garantindo que o suprimento das unidades internas ocorra de forma ética, eficiente e pautada na gestão inteligente de recursos públicos.

---

## **15 DOS CATÁLOGOS E AMOSTRAS**

---

15.1 Considerando que os fármacos objeto desta licitação encontram-se devidamente padronizados e são adquiridos regularmente pelo CONSUD, não será exigida a apresentação prévia de amostras durante a fase de julgamento das propostas, uma vez que as especificações técnicas e os padrões de qualidade já são de amplo conhecimento da Administração.

15.2 No entanto, a Administração reserva-se o direito de, em situações excepcionais ou para dirimir dúvidas técnicas sobre a conformidade do produto ofertado, solicitar o envio de amostras e/ou catálogos pela licitante melhor classificada ou pela contratada, observando as seguintes disposições:

- a. Na hipótese de solicitação de amostras e/ou catálogos, a Administração estabelecerá, em conjunto com a licitante ou contratada, um prazo razoável e exequível para o envio, considerando a complexidade do item e a viabilidade logística. Tal medida visa assegurar a precisão da análise técnica e garantir que o cronograma de fornecimento não seja prejudicado.
- b. As amostras fornecidas serão retidas pelo CONSUD para fins de verificação da estrita conformidade técnica com as especificações exigidas no edital e com a proposta apresentada, não sendo estas contabilizadas como parte integrante do quantitativo do produto contratado.
- c. O envio das amostras deverá ser realizado sem ônus adicional para o CONSUD, acompanhado de documentação fiscal específica (nota fiscal de simples remessa ou bonificação), cabendo à licitante arcar com todos os custos logísticos relacionados.
- d. As amostras serão avaliadas conforme critérios objetivos que incluirão a análise da composição, integridade da embalagem, rotulagem e apresentação farmacêutica, sendo vedada a substituição ou devolução dos itens após a entrega para análise.
- e. O descumprimento do prazo ou das condições estabelecidas para o envio das amostras poderá acarretar a desclassificação do item ou a aplicação das sanções administrativas previstas na legislação vigente.

---

## **16 DO PAGAMENTO**

---

16.1 O pagamento será condicionado à efetiva entrega dos medicamentos, devidamente atestada pela gestão e fiscalização do contrato, e à apresentação da nota fiscal acompanhada das certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista exigidas pela legislação.

16.2 A DETENTORA DA ATA deverá apresentar, por meio do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) ou mediante certidões individualizadas, os documentos comprobatórios de regularidade:

- a. Certidão Negativa de Débitos da União;
- b. Certidão Negativa de Débitos Estadual;
- c. Certidão Negativa de Débitos Municipal;
- d. Certidão de Regularidade do FGTS;
- e. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

16.2.1 Constatada a ausência ou o vencimento de qualquer das certidões de regularidade exigidas, a Coordenação Administrativa notificará formalmente a DETENTORA DA ATA para que promova a regularização no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias corridos. A inércia do fornecedor após o transcurso deste prazo sujeitará a empresa à aplicação de sanções administrativas, nos termos dos Artigos 121 e 137 da Lei nº 14.133/2021

16.3 O pagamento será realizado em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos do aceite definitivo da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente no mesmo CNPJ da licitante vencedora, vinculada a ata.

16.4 Em razão da natureza jurídica do CONSUD e da procedência multifonte dos recursos financeiros, os pagamentos poderão ser processados de forma desmembrada, conforme a disponibilidade de repasses dos entes consorciados e das transferências intergovernamentais vinculadas, podendo haver variações nos prazos de efetiva liquidação entre as diferentes fontes pagadoras e entre os meses de execução, sem que a alteração nas datas habituais de crédito configure atraso ou inadimplemento.

16.5 Não será admitido pagamento por boleto bancário, operação de factoring ou qualquer forma de cessão de crédito, bem como não será autorizado pagamento antecipado, sendo devido apenas o valor correspondente aos serviços prestados, conforme condições estabelecidas neste Edital.

16.6 Em caso de aplicação de multas decorrentes de processo administrativo, os respectivos valores poderão ser deduzidos dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

16.7 O pagamento será efetuado pelo CONSUD em horário de expediente. Caso a data programada coincida com feriado, será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente.

---

## **17 DO REAJUSTE E REEQUILIBRIO**

---

17.1 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços permanecerão fixos e irrevogáveis durante sua vigência.

17.2 Na hipótese de formalização de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços com vigência superior a 12 (doze) meses, os valores poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

17.3 A concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, por meio de revisão, está condicionada à demonstração exaustiva e analítica, por parte da fornecedora, da ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual, resultante de fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que retardem ou impeçam a execução contratual, ou ainda em casos de força maior;

17.4 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não suspendem a execução das ARPs. Eventual recomposição de valores em favor da DETENTORA DA ATA deverá, preferencialmente, ser paga a título indenizatório, após análise e aprovação do CONSUD;

17.5 A suspensão ou interrupção da execução contratual durante a análise dos pedidos de revisão, sem a expressa concordância do gestor da ARP, implicará a aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e na ata;

17.6 Qualquer solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser devidamente comprovada. As notas de empenho de despesa emitidas anteriormente à data do pedido não sofrerão alterações;

17.7 A DETENTORA DA ATA deverá formalizar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por escrito, acompanhado dos documentos comprobatórios pertinentes. O valor do ajuste solicitado não poderá superar o preço médio de mercado vigente à época;

17.8 O pedido deverá ser enviado ao e-mail institucional [protocolo@consud.org](mailto:protocolo@consud.org), acompanhado do requerimento mencionado no item 6.3.4, bem como dos seguintes documentos:

- a. Notas fiscais de aquisição do item pela DETENTORA DA ATA:
  - I. Notas fiscais dos itens na data da licitação;
  - II. Notas fiscais dos itens na data da solicitação de reequilíbrio;
- b. Ofício ou carta do laboratório, em caso de desistência ou troca de marca;
- c. Demonstrativo detalhado, conforme modelo abaixo (um para cada item);

Processo nº xx/aaaa	Pregão Eletrônico nº xx/aaaa
Nº do item:	
Descrição do item:	
Marca:	
Dados que serviram de base para oferta de preços na licitação	Dados para comprovar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro
Preço registrado na licitação:	Novo preço proposto:
Preço de compra antes da licitação:	Preço de compra atual:
Data da compra:	Data da compra:
Nº da nota fiscal:	Nº da nota fiscal:

17.9 Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios exigidos;

17.10 O Consórcio poderá consultar os preços das demais empresas participantes, observando a ordem de classificação, para contratar com a empresa que apresentar o menor preço antes de deferir o pedido de reequilíbrio, liberando a requerente da obrigação de entrega do medicamento;

17.11 O Consórcio poderá convocar a qualquer momento a DETENTORA DA ATA para reduzir os preços registrados, em conformidade com pesquisas de mercado realizadas, ou em caso de alterações conjunturais que provoquem a redução dos preços praticados no mercado nacional ou internacional;

- a. Caso não haja redução dos preços, a fornecedora será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas. O Consórcio poderá convocar os demais fornecedores classificados para negociação nas mesmas condições ou revogar total ou parcialmente a ata de registro de preços;

17.12 Os valores ajustados somente serão repassados à DETENTORA DA ATA após a assinatura e devolução da minuta devidamente assinada e a publicação do aditamento no Diário Oficial.

---

## **18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

---

18.1 Será divulgada ata da sessão pública no portal transparência e no site do CONSUD.

18.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



18.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10 Independentemente de sua natureza jurídica (fabricante, importadora ou distribuidora), a DETENTORA DA ATA deverá comunicar formalmente ao CONSUD, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, quaisquer protocolos submetidos à ANVISA que envolvam alterações de prazo de validade, excipientes, local de fabricação ou mudanças no processo produtivo do medicamento

18.11 Será facultado ao Pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico ao setor requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

18.12 A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por representantes da CONTRATANTE, designados conforme a Resolução Nº 19/2024 do CONSUD, os quais irão receber provisoriamente e definitivamente o objeto contratado, sendo a gestora de contratos, Camila Dahmer, Fiscal Administrativo, Gustavo Henrique Fiorese e Fiscal Técnica, Naira Milena Sabbi.

- a. A Fiscalização Técnica compete, mas não se limita, a verificar a estrita conformidade dos medicamentos entregues com as especificações deste Edital, incluindo a conferência de laudos de pureza, prazos de validade, integridade das embalagens e manutenção da cadeia de frio para itens termolábeis.
- b. Fiscalização Administrativa compete, mas não se limita, ao controle dos aspectos formais da Ata de Registro de Preços, incluindo a conferência da regularidade documental da detentora, a gestão dos saldos dos itens registrados e a instrução dos processos para fins de pagamento.

18.13 A atuação dos fiscais não exclui nem reduz a responsabilidade integral da detentora da Ata pela qualidade técnica, eficácia e segurança dos medicamentos fornecidos, bem como por quaisquer danos decorrentes de vícios de fabricação ou transporte inadequado.

18.14 O CONSUD manterá canal de Ouvidoria, nos termos da Resolução nº 32/2025, cujos relatórios e denúncias procedentes sobre a qualidade dos fármacos ou falhas no fornecimento poderão subsidiar a fiscalização na apuração de faltas contratuais e na aplicação de sanções administrativas.

18.16 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

<b>ANEXO I</b>	Lista de Itens
<b>ANEXO II</b>	Modelo declaração de ciência da LGPD
<b>ANEXO III</b>	Modelo padrão de Proposta Comercial
<b>ANEXO IV</b>	Cadastro de Dados Bancários
<b>ANEXO V</b>	Estudo Técnico Preliminar
<b>ANEXO VI</b>	Mapa de Risco
<b>ANEXO VII</b>	Termo de Referência e anexos

<b>ANEXO VII</b>	Minuta da Ata de Registro de Preços
------------------	-------------------------------------

Francisco Beltrão, 23 de junho de 2026.

André Henrique Franciscon  
Pregoeiro  
**Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste**

**ANEXO I  
LISTA GERAL**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	AME	CAPS AD III	CEO	QUANTIDADE TOTAL
<b>COMPRIMIDOS</b>						
1	<b>9351 - ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG</b> (CATMAT 267502);	COMPRIMIDO	30	1	0	<b>31</b>
2	<b>9384 - AMITRIPTILINA CLORIDRATO 25MG</b> (CATMAT 267512);	COMPRIMIDO	0	300	0	<b>300</b>
3	<b>9387 - AMOXICILINA 500MG</b> (CATMAT 271089);	COMPRIMIDO	0	500	0	<b>500</b>
4	<b>9389 - AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500MG+ 125MG</b> (CATMAT 271217);	COMPRIMIDO	0	500	0	<b>500</b>
5	<b>9397 - ANLODIPINO 5MG</b> (CATMAT 272434)	COMPRIMIDO	100	1	0	<b>101</b>
6	<b>9407 - AZITROMICINA 500MG</b> (CATMAT 267140);	COMPRIMIDO	0	300	0	<b>300</b>
7	<b>9421 - BIPERIDENO CLORIDRATO 2MG</b> (CATMAT 270140);	COMPRIMIDO	0	500	0	<b>500</b>
8	<b>9430 - CAPTOPRIL 25 MG</b> (CATMAT 267613);	COMPRIMIDO	100	1500	0	<b>1.600</b>
9	<b>9432 - CARBAMAZEPINA 200MG</b> (CATMAT 267618);	COMPRIMIDO	0	2500	0	<b>2.500</b>
10	<b>9438 - CARBONATO DE LÍTIO 300MG</b> (267621);	COMPRIMIDO	0	2500	0	<b>2.500</b>
11	<b>9441 - CARVEDILOL 12,5MG</b> (CATMAT 267564);	COMPRIMIDO	100	1	0	<b>101</b>
12	<b>9445 - CEFALEXINA 500 MG</b> (CATMAT 267625);	COMPRIMIDO	0	500	0	<b>500</b>
13	<b>9461 - CIPROFLOXACINO CLORIDRATO 500MG</b> (CATMAT 267632);	COMPRIMIDO	0	1200	0	<b>1.200</b>
14	<b>9479 - CLORPROMAZINA CLORIDRATO 100MG</b> (CATMAT 267638);	COMPRIMIDO	0	400	0	<b>400</b>
15	<b>9480 - CLORPROMAZINA CLORIDRATO 25MG</b> (CATMAT 267635);	COMPRIMIDO	0	500	0	<b>500</b>
16	<b>9493 - DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 2MG</b> (CATMAT 267645);	COMPRIMIDO	0	500	0	<b>500</b>
17	<b>9498 - DIAZEPAM 5MG</b> (CATMAT 267195);	COMPRIMIDO	0	10000	0	<b>10.000</b>
18	<b>2782 - DIPIRONA SÓDICA 500MG</b> (CATMAT 267203)	COMPRIMIDO	100	1500	0	<b>1.600</b>

19	<b>9539 - FENITOÍNA 100MG</b> (CATMAT 267657);	COMPRIMIDO	0	100	0	<b>100</b>
20	<b>2658 - FLUCONAZOL 150MG</b> (CATMAT 267662);	CÁPSULA	0	200	0	<b>200</b>
21	<b>9554 - FLUOXETINA CLORIDRATO 20MG</b> (CATMAT 273009);	COMPRIMIDO	0	1000	0	<b>1.000</b>
22	<b>9558 - FUROSEMIDA 40MG</b> (CATMAT 267663);	COMPRIMIDO	0	300	0	<b>300</b>
23	<b>9572 - HALOPERIDOL 5MG</b> (CATMAT 267669);	COMPRIMIDO	0	800	0	<b>800</b>
24	<b>9588 - IBUPROFENO 600MG</b> (CATMAT 267676);	COMPRIMIDO	0	1500	0	<b>1.500</b>
25	<b>9592 - ISOSSORBIDA DINITRATO 5MG</b> ; COMPRIMIDO SUBLINGUAL (CATMAT 273395);	COMPRIMIDO	90	1	0	<b>91</b>
26	<b>16195 - LOPERAMIDA 2MG</b> (CATMAT 273264);	COMPRIMIDO	0	200	0	<b>200</b>
27	<b>9618 - LORATADINA 10MG</b> (CATMAT 273466);	COMPRIMIDO	0	400	0	<b>400</b>
28	<b>9621 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG</b> (CATMAT 268856);	COMPRIMIDO	100	1000	0	<b>1.100</b>
29	<b>9625 - METFORMINA CLORIDRATO 850MG</b> (CATMAT 267691);	COMPRIMIDO	0	1500	0	<b>1.500</b>
30	<b>2815 - METOCLOPRAMIDA 10MG</b> (CATMAT 267312);	COMPRIMIDO	50	100	0	<b>150</b>
31	<b>9663 - OMEPRAZOL 20MG</b> (CATMAT 267712);	CÁPSULA	0	10000	0	<b>10.000</b>
32	<b>9669 - PARACETAMOL 500MG</b> (CATMAT 267778);	COMPRIMIDO	100	1500	0	<b>1.600</b>
33	<b>2831 - PARACETAMOL 750MG</b> (CATMAT 267779);	COMPRIMIDO	0	1000	0	<b>1.000</b>
34	<b>9691 - PREDNISONA 20MG</b> (CATMAT 267743);	COMPRIMIDO	0	500	0	<b>500</b>
35	<b>9728 - SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO COM TRIMETROPINA 400MG + 80MG</b> (CATMAT 308882);	COMPRIMIDO	0	300	0	<b>300</b>
36	<b>9732 - SULFATO FERROSO 40MG</b> (CATMAT 292344)	COMPRIMIDO	0	100	0	<b>100</b>
37	<b>9737 - TIAMINA CLORIDRATO 300MG</b> (CATMAT 272341);	COMPRIMIDO	0	6000	0	<b>6.000</b>
38	<b>9364 - VALPROATO DE SÓDIO 250MG</b> (CATMAT 267504);	COMPRIMIDO	0	2000	0	<b>2.000</b>
39	<b>9365 - VALPROATO DE SÓDIO 500MG</b> (CATMAT 267505);	COMPRIMIDO	0	8000	0	<b>8.000</b>
<b>INJETÁVEIS</b>						



40	<b>9370 - ÁGUA PARA INJETÁVEIS</b> DESTILADA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA; AMPOLA 10ML (CATMAT 276839);	AMPOLA	300	300	0	<b>600</b>
41	<b>15953 - ARTICAÍNA 4% + EPINEFRINA 1:100</b> , TUBETE DE VIDRO (CATMAT 297697)	TUBETE	0	1	3000	<b>3.001</b>
42	<b>9450 - CEFTRIAXONA SÓDICA ASSOCIADA A LIDOCAÍNA INJETÁVEL</b> 1G, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL + DILUENTE, FRASCO 3,5ML IM / IV (CATMAT 450891);	FRASCO AMPOLA	0	50	0	<b>50</b>
43	<b>9491 - DEXAMETASONA FOSFATO DISSÓDICO INJETÁVEL</b> 4MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA DE 2,5ML (CATMAT 292427);	AMPOLA	50	400	0	<b>450</b>
44	<b>9495 - DIAZEPAM INJETÁVEL</b> 5MG; SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML (CATMAT 267194);	AMPOLA	0	500	0	<b>500</b>
45	<b>9506 - DIPIRONA SÓDICA INJETÁVEL</b> 500MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML (CATMAT 268252);	AMPOLA	50	500	0	<b>550</b>
46	<b>9568 - HALOPERIDOL DECANOATO INJETÁVEL</b> 50MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1ML (CATMAT 292194)	AMPOLA	0	100	0	<b>100</b>
47	<b>9570 - HALOPERIDOL INJETÁVEL</b> 5MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML (CATMAT 292196);	AMPOLA	0	200	0	<b>200</b>
48	<b>9695 - PROMETAZINA CLORIDRATO INJETÁVEL</b> 25MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML (CATMAT 267769);	AMPOLA	0	100	0	<b>100</b>
<b>SOLUÇÕES LÍQUIDAS, XAROPES, POMADAS</b>						
49	<b>9489 - DEXAMETASONA ACETATO CREME</b> 1MG/ML; CREME DERMATOLÓGICO, BISNAGA 10G (CATMAT 267643);	BISNAGA	20	30	0	<b>50</b>
50	<b>9492 - DEXCLORFENIRAMINA MALEATO XAROPE</b> 0,4MG/ML; XAROPE, FRASCO 100ML (CATMAT 298454);	FRASCO	0	50	0	<b>50</b>
51	<b>9507 - DIPIRONA SÓDICA</b> 500MG FRASCO 10ML (CATMAT 267205);	FRASCO	10	30	0	<b>40</b>
52	<b>9578 - HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO</b> 61,5MG/ML; SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100ML (CATMAT 340783)	FRASCO	0	50	0	<b>50</b>
53	<b>9591 - IPRATRÓPIO BROMETO INALANTE</b> 0,25ML; SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO, FRASCO 20ML (CATMAT 268331);	FRASCO	0	30	0	<b>30</b>
54	<b>9597 - LACTULOSE XAROPE</b> 667MG/ML; XAROPE; FRASCO 120ML (CATMAT 383750)	FRASCO	0	100	0	<b>100</b>
55	<b>9616 - LIDOCAÍNA CLORIDRATO GELEIA</b> 2%; APRESENTAÇÃO GELEIA, BISNAGA 30G (CATMAT 269846);	BISNAGA	150	1	0	<b>151</b>
56	<b>9639 - MICONAZOL NITRATO CREME</b> 20MG/G, (2%); CREME, BISNAGA 28G (CATMAT 268286);	BISNAGA	0	30	0	<b>30</b>
57	<b>9652 - NISTATINA</b> 100.000UI/ML; SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 50ML (CATMAT 267378);	FRASCO	0	30	0	<b>30</b>

58	<b>9671 - PARACETAMOL GOTAS</b> 200MG/ML; SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML (CATMAT 267777);	FRASCO	10	30	0	<b>40</b>
59	<b>9676 - PERMETRINA LOÇÃO</b> 50MG/ML (5%); LOÇÃO CAPILAR, FRASCO 60ML (CATMAT 363597);	FRASCO	0	30	0	<b>30</b>
60	<b>9706 - SALBUTAMOL SULFATO SPRAY</b> 100MCG/DOSE; AEROSSOL ORAL SPRAY, FRASCO 200 DOSES (CATMAT 294887);	FRASCO	0	50	0	<b>50</b>
61	<b>9727 - SULFADIAZINA DE PRATA CREME</b> 1%; CREME DERMATOLÓGICO, BISNAGA 50G (CATMAT 272089);	BISNAGA	50	1	0	<b>51</b>
62	<b>15105 - CONTRASTE RADIOLÓGICO, NÃO-IÔNICO 300.</b> SOLUÇÃO INJETÁVEL EM FRASCO DE 100ML. UTILIZADO PARA USO DIAGNÓSTICO. CADA ML DA SOLUÇÃO CONTÉM EQUIVALENTE A 300 MG DE IODO. INTRAVASCULAR, ORAL OU INTRACAVITÁRIO. OBS.: A EMPRESA DEVERÁ FORNECER PARA O CONSUD EM COMODATO 1 (UMA) BOMBA INJETORA SIMPLES (UMA CABEÇA); 1 (UMA) ESTUFA PARA AQUECIMENTO DO CONTRASTE; 500 KITS DESCARTÁVEIS COMPOSTOS DE SERINGA DE 200ML E CONECTOR ESPIRALADO, COMPATÍVEIS COM A BOMBA INJETORA; 10.000 (DEZ MIL) UNIDADES DE CONECTORES DESCARTÁVEIS "PATIENT LINE" (CATMAT 443579);	FRASCO	1000	1	0	<b>1.001</b>
63	<b>15106 - CONTRASTE RADIOLÓGICO, NÃO-IÔNICO 370.</b> SOLUÇÃO INJETÁVEL EM FRASCO DE 100ML. UTILIZADO PARA USO DIAGNÓSTICO. CADA ML DA SOLUÇÃO CONTÉM EQUIVALENTE A 370 MG DE IODO. INTRAVASCULAR, ORAL OU INTRACAVITÁRIO. OBS.: A EMPRESA DEVERÁ FORNECER PARA O CONSUD EM COMODATO 1 (UMA) BOMBA INJETORA SIMPLES (UMA CABEÇA); 1 (UMA) ESTUFA PARA AQUECIMENTO DO CONTRASTE; 500 KITS DESCARTÁVEIS COMPOSTOS DE SERINGA DE 200ML E CONECTOR ESPIRALADO, COMPATÍVEIS COM A BOMBA INJETORA; 10.000 (DEZ MIL) UNIDADES DE CONECTORES DESCARTÁVEIS "PATIENT LINE" (CATMAT 328922);	FRASCO	500	1	0	<b>501</b>
64	<b>16194 - OXIGÊNIO MEDICINAL, NA FORMA DE GÁS.</b> INCOLOR, INSPÍDO, INODORO, NÃO TÓXICO E NÃO INFLAMÁVEL, INDICADO PARA USO TERAPÊUTICO EM PROCEDIMENTOS MÉDICOS. APRESENTA FÓRMULA QUÍMICA O <sub>2</sub> , COM GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, CONFORME NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES. POSSUI MASSA MOLECULAR DE 31,99G/MOL, SENDO DESTINADO À OXIGENAÇÃO E SUPORTE RESPIRATÓRIO DE PACIENTES EM AMBIENTE ASSISTENCIAL, INCLUSIVE EM EXAMES QUE DEMANDAM SEDAÇÃO. OBS.: A EMPRESA DEVERÁ FORNECER EM CILINDROS DE 7 LITROS (CATMAT 449553).	CILINDRO	70	1	0	<b>71</b>

Francisco Beltrão, 14 de maio de 2026.



**TÁBATA CRISTINA COLUSSI**  
Farmacêutica

**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA AOS TERMOS**  
**DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD**

Ao aderir ao certame e celebrar a Ata de Registro de Preços com o CONSUD, declaramo-nos cientes de que, por exigência dos órgãos de controle externo, da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação – e da Resolução CONSUD nº 24/2023, a íntegra dos atos prévio à contratação, seus anexos e a Ata de Registro de Preços serão disponibilizados no Portal de Transparência do CONSUD, que realiza o tratamento de dados pessoais pertinentes à qualificação jurídica, econômico-financeira, tributária e técnica do Licitante, para uso exclusivo às finalidades legais e institucionais consorciais, conforme disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Decreto nº 10.046/2019.

Comprometemo-nos a manter o sigilo, confidencialidade e integridade dos Dados Pessoais a que empregados e prepostos tiverem acesso durante a vigência deste Instrumento e mesmo após o seu término, sem prejuízo de outras regras de privacidade, proteção de dados, confidencialidade ou requisitos de segurança da informação estabelecidos pela legislação aplicável, adotando padrões razoáveis para garanti-los, inclusive relativos a armazenamento, criptografia e controles de acesso, a fim de protegê-los contra perdas, divulgações e acessos não autorizados, sejam esses acidentais ou não.

Comprometemo-nos a notificar o CONSUD, sem atrasos, quando tomarmos conhecimento de uma Violação de Dados Pessoais envolvidos na execução do objeto registrado.

Declaramo-nos, de forma expressa, que estamos cientes de que, foi-nos dada a possibilidade de indicar dados sensíveis integrantes deste processo de contratação e pertinentes à Licitante a se submeterem ao processo de anonimização, por meios técnicos e disponíveis ao CONSUD.

Francisco Beltrão/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**Nome e Assinatura**  
**Representante legal da empresa/procurador**



## ANEXO – III

### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº 10/2026 em epígrafe que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados ao atendimento das demandas internas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD) e do CAPS AD III, conforme segue:

Item	Identificação/Concentração/Forma Farmacêutica	Nome-Marca Laboratório/ Apresentação das embalagens	Und.	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total
1	xx		xx	xx	R\$	R\$
2	xx		xx	xx	R\$	R\$
Valor total:						

A validade desta proposta é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**Contato para eventual comunicação entre o Pregoeiro e licitante: (XX) XXXX XXXX**

..... de 2026.

Local e Data  
Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo)

## **ANEXO – IV**

### **CADASTRO DE DADOS BANCÁRIOS**

Nós, [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ sob o número [Número do CNPJ], com sede em [Endereço completo] e telefone [Número de telefone], representada por [Nome do Representante], na qualidade de [Cargo do Representante legal], RG nº, CPF nº, declaramos, para os devidos fins de direito e conforme exigido pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 10/2026 os seguintes dados bancários:

- **Nome do Banco:** \_\_\_\_\_
- **Agência:** \_\_\_\_\_
- **Número da Conta Corrente:** \_\_\_\_\_
- **Tipo de Conta:** \_\_\_\_\_

\*preferencialmente Banco do Brasil.

Os dados bancários fornecidos são utilizados exclusivamente para fins de transações financeiras relacionadas ao contrato decorrente deste Pregão Eletrônico, devendo, portanto, corresponder a uma conta bancária de titularidade da Pessoa Jurídica.

A presente declaração é feita sob a responsabilidade da empresa e seus representantes, de acordo com as normas vigentes e as disposições legais aplicáveis. Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Francisco Beltrão, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**Representante Legal**

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INTRODUÇÃO

---

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui a etapa inicial do planejamento da contratação, elaborado em estrita observância ao Art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao Art. 31 da Resolução nº 24/2023 do CONSUD. Este documento visa identificar e analisar os cenários pertinentes ao atendimento da demanda, demonstrando a viabilidade técnica e econômica da solução escolhida para subsidiar o subsequente processo licitatório.

A demanda foi formalizada pelo Setor de Compras por intermédio do Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 015/2026 e devidamente autorizada pela Decisão Administrativa nº 052/2026, estando alinhada às previsões do Plano de Contratações Anual (PCA 2026). O objeto consiste na aquisição de medicamentos de forma parcelada, destinados a suprir as necessidades da sede do CONSUD e do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD III), assegurando a continuidade e a qualidade da assistência farmacêutica e dos atendimentos clínicos realizados nestas unidades.

A estrutura da contratação observará o rito da Lei nº 14.133/2021, sob a modalidade Pregão Eletrônico. Esta modelagem visa a seleção da proposta mais vantajosa, permitindo a ampla participação de empresas especializadas e garantindo que cada insumo seja adquirido de forma eficiente e econômica. O planejamento abrange o atendimento exclusivo às necessidades administrativas e assistenciais internas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD).

Este estudo detalha as análises conduzidas em relação aos requisitos da contratação, com enfoque nas normas sanitárias vigentes, alternativas de mercado e resultados pretendidos, servindo como base técnica indispensável para a futura elaboração do Termo de Referência e demais instrumentos convocatórios.

### 2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

---

A presente demanda fundamenta-se na imperatividade de assegurar o abastecimento regular e ininterrupto de medicamentos essenciais para as atividades assistenciais e administrativas realizadas na sede do CONSUD e no CAPS AD III. A necessidade da contratação visa conferir suporte operacional às unidades, garantindo a eficácia do atendimento clínico, a segurança dos pacientes e a continuidade dos tratamentos realizados sob gestão direta do Consórcio.

Os itens listados são fundamentais para o pleno funcionamento dos ambulatórios internos e para o acompanhamento especializado no CAPS AD III. A aquisição e o suprimento destes materiais são indispensáveis para a manutenção dos estoques, mitigando riscos de desabastecimento que poderiam comprometer a segurança clínica e a resolutividade dos procedimentos médicos e terapêuticos prestados diretamente à população.

Diferente das aquisições compartilhadas destinadas aos municípios consorciados, esta contratação foca na autonomia operacional das unidades próprias do CONSUD. A centralização desta demanda específica permite um controle de estoque mais rigoroso e uma logística de entrega otimizada,

garantindo que os insumos estejam disponíveis no local de atendimento conforme a necessidade assistencial imediata.

Ademais, a formalização deste processo racionaliza o esforço administrativo e fortalece o controle de qualidade, permitindo que a fiscalização acompanhe de forma direta a procedência, os prazos de validade e a integridade dos produtos entregues. Desta forma, assegura-se que o atendimento seja pautado pela máxima utilidade do gasto público, eficiência administrativa e estrita observância às normas sanitárias vigentes.

### **3. ALINHAMENTO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

---

A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026 do CONSUD, atendendo ao planejamento estratégico da entidade para o referido exercício. A inclusão deste objeto no PCA reflete o compromisso da administração com a governança das contratações, a previsibilidade orçamentária e a eficiência na alocação de recursos públicos, conforme previsto no Art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

É importante ressaltar que a previsão constante no cronograma do PCA para o item "Medicamentos" contempla uma estimativa global e macroestrutural para diversos tipos de suprimentos farmacêuticos. Portanto, os valores ali registrados constituem uma estimativa referencial, não representando o teto específico ou o detalhamento orçamentário exclusivo para esta linha de aquisição destinada ao consumo interno.

Para garantir a compatibilidade com a realidade de mercado e a precisão dos custos, será realizada uma ampla pesquisa de preços e cotação de mercado nesta fase preparatória. Esse procedimento permitirá a elaboração de um orçamento detalhado e específico para os itens industrializados pretendidos, assegurando que o preço de referência da licitação seja fidedigno aos custos atuais de mercado.

A autorização para o prosseguimento do feito, formalizada por meio da Decisão Administrativa nº 052/2026, ratifica a consonância entre a demanda apresentada no DFD nº 015/2026 e as diretrizes fixadas no planejamento. Tal convergência assegura que a aquisição não apenas atende a uma necessidade assistencial dos ambulatorios internos e do CAPS AD III, mas integra uma estratégia de otimização dos gastos do Consórcio por meio de dados financeiros atualizados.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

---

Os itens objeto desta contratação deverão observar padrões de qualidade rigorosos e indispensáveis, em estrita observância aos critérios técnicos, sanitários e normativos estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Tal exigência é imperativa para garantir a segurança terapêutica, a eficácia clínica e a mitigação de riscos à saúde dos usuários atendidos nos ambulatorios internos e no CAPS AD III, em consonância com as melhores práticas de gestão pública e assistência farmacêutica.

#### **Qualificação técnica e documentação obrigatória**



Para fins de habilitação e conformidade técnica, as licitantes deverão apresentar:

- I. Certificado de Registro do Produto (CRP) emitido pela ANVISA, acompanhado da respectiva publicação no Diário Oficial da União (DOU), comprovando a regularidade do fármaco;
- II. Em casos de registros em processo de renovação, será admitida a apresentação do protocolo de pedido de revalidação, desde que efetuado em estrita observância ao Art. 12, § 6º da Lei nº 6.360/1976, em nome da proponente ou fabricante;
- III. Para itens desobrigados de registro por norma específica, deverá ser acostada a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) pertinente, acompanhada de documentação comprobatória que valide a referida condição de isenção;
- IV. Autorização de Funcionamento (AFE). Comprovação de que a empresa detém autorização vigente expedida pela ANVISA para as atividades de comercialização e distribuição de medicamentos.

### **Especificações técnicas das propostas**

As propostas comerciais deverão ser instruídas com descritivo detalhado, contemplando obrigatoriamente:

- a. Identificação do fármaco conforme a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua ausência, a Denominação Comum Internacional (DCI);
- b. Concentração e composição detalhada do princípio ativo;
- c. Forma farmacêutica (comprimidos, soluções, injetáveis etc.) e unidade de medida;
- d. Identificação do laboratório fabricante detentor do registro;
- e. Nome comercial ou marca do medicamento, quando aplicável;
- f. Apresentação das embalagens primária e secundária, com especificação clara do quantitativo de unidades por invólucro (blíster, frasco, ampola, caixa etc.).

### **Condições de entrega e prazo de validade**

**Logística de entrega:** o prazo para o fornecimento dos itens será de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento do pré-empenho (autorização de compra). A entrega deverá observar as normas de Boas Práticas de Transporte e Armazenamento.

**Vida útil:** no ato da entrega, os medicamentos deverão apresentar prazo de validade remanescente correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do período total de vigência estabelecido pelo fabricante, assegurando a viabilidade de utilização do estoque durante o ciclo de consumo previsto.

Ressalte-se que os demais requisitos técnicos, condições de habilitação específica e detalhamentos operacionais complementares serão pormenorizados no Termo de Referência, instrumento que consolidará as diretrizes definitivas para a execução do objeto, em conformidade com as análises preliminares ora apresentadas.

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A definição dos quantitativos para a presente aquisição fundamenta-se no levantamento técnico das necessidades operacionais da sede do CONSUD e do CAPS AD III, conforme formalizado no DFD nº 015/2026. Diferente de processos destinados ao suprimento regional, este levantamento foca exclusivamente no consumo interno das unidades próprias do Consórcio.

As quantidades estimadas para o período de 12 (doze) meses foram projetadas pela área técnica/farmacêutica do CONSUD, com base em um controle rigoroso e sistemático dos gastos anteriores e do histórico de dispensação. Essa metodologia de aferição assegura que os volumes solicitados guardem estrita proporcionalidade com a demanda real dos ambulatórios internos e dos serviços especializados, evitando tanto o desabastecimento quanto o excesso de estoque e o consequente desperdício de recursos públicos.

A tabela a seguir apresenta o descritivo detalhado dos itens e suas respectivas quantidades totais (as quantidades detalhadas por centro de custo estarão apresentadas no Anexo I do Termo de Referência):

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
<b>COMPRIMIDOS</b>			
1	9351 - ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG (CATMAT 267502);	COMPRIMIDO	31
2	9384 - AMITRIPTILINA CLORIDRATO 25MG (CATMAT 267512);	COMPRIMIDO	300
3	9387 - AMOXICILINA 500MG (CATMAT 271089);	COMPRIMIDO	500
4	9389 - AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500MG+ 125MG (CATMAT 271217);	COMPRIMIDO	500
5	9397 - ANLODIPINO 5MG (CATMAT 272434)	COMPRIMIDO	101
6	9407 - AZITROMICINA 500MG (CATMAT 267140);	COMPRIMIDO	300
7	9421 - BIPERIDENO CLORIDRATO 2MG (CATMAT 270140);	COMPRIMIDO	500
8	9430 - CAPTOPRIL 25 MG (CATMAT 267613);	COMPRIMIDO	1.600
9	9432 - CARBAMAZEPINA 200MG (CATMAT 267618);	COMPRIMIDO	2.500
10	9438 - CARBONATO DE LÍCIO 300MG (267621);	COMPRIMIDO	2.500
11	9441 - CARVEDILOL 12,5MG (CATMAT 267564);	COMPRIMIDO	101
12	9445 - CEFALOXINA 500 MG (CATMAT 267625);	COMPRIMIDO	500
13	9461 - CIPROFLOXACINO CLORIDRATO 500MG (CATMAT 267632);	COMPRIMIDO	1.200
14	9479 - CLORPROMAZINA CLORIDRATO 100MG (CATMAT 267638);	COMPRIMIDO	400
15	9480 - CLORPROMAZINA CLORIDRATO 25MG (CATMAT 267635);	COMPRIMIDO	500
16	9493 - DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 2MG (CATMAT 267645);	COMPRIMIDO	500
17	9498 - DIAZEPAM 5MG (CATMAT 267195);	COMPRIMIDO	10.000

**CONSUD**

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste

Estudo Técnico Preliminar  
Medicamentos CONSUD | 2026

18	<b>2782 - DIPIRONA SÓDICA 500MG (CATMAT 267203)</b>	COMPRIMIDO	1.600
19	<b>9539 - FENITOÍNA 100MG (CATMAT 267657);</b>	COMPRIMIDO	100
20	<b>2658 - FLUCONAZOL 150MG (CATMAT 267662);</b>	CÁPSULA	200
21	<b>9554 - FLUOXETINA CLORIDRATO 20MG (CATMAT 273009);</b>	COMPRIMIDO	1.000
22	<b>9558 - FUROSEMIDA 40MG (CATMAT 267663);</b>	COMPRIMIDO	300
23	<b>9572 - HALOPERIDOL 5MG (CATMAT 267669);</b>	COMPRIMIDO	800
24	<b>9588 - IBUPROFENO 600MG (CATMAT 267676);</b>	COMPRIMIDO	1.500
25	<b>9592 - ISOSSORBIDA DINITRATO 5MG; COMPRIMIDO SUBLINGUAL (CATMAT 273395);</b>	COMPRIMIDO	91
26	<b>16195 - LOPERAMIDA 2MG (CATMAT 273264);</b>	COMPRIMIDO	200
27	<b>9618 - LORATADINA 10MG (CATMAT 273466);</b>	COMPRIMIDO	400
28	<b>9621 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG (CATMAT 268856);</b>	COMPRIMIDO	1.100
29	<b>9625 - METFORMINA CLORIDRATO 850MG (CATMAT 267691);</b>	COMPRIMIDO	1.500
30	<b>2815 - METOCLOPRAMIDA 10MG (CATMAT 267312);</b>	COMPRIMIDO	150
31	<b>9663 - OMEPRAZOL 20MG (CATMAT 267712);</b>	CÁPSULA	10.000
32	<b>9669 - PARACETAMOL 500MG (CATMAT 267778);</b>	COMPRIMIDO	1.600
33	<b>2831 - PARACETAMOL 750MG (CATMAT 267779);</b>	COMPRIMIDO	1.000
34	<b>9691 - PREDNISONA 20MG (CATMAT 267743);</b>	COMPRIMIDO	500
35	<b>9728 - SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO COM TRIMETROPINA 400MG + 80MG (CATMAT 308882);</b>	COMPRIMIDO	300
36	<b>9732 - SULFATO FERROSO 40MG (CATMAT 292344)</b>	COMPRIMIDO	100
37	<b>9737 - TIAMINA CLORIDRATO 300MG (CATMAT 272341);</b>	COMPRIMIDO	6.000
38	<b>9364 - VALPROATO DE SÓDIO 250MG (CATMAT 267504);</b>	COMPRIMIDO	2.000
39	<b>9365 - VALPROATO DE SÓDIO 500MG (CATMAT 267505);</b>	COMPRIMIDO	8.000
<b>INJETÁVEIS</b>			
40	<b>9370 - ÁGUA PARA INJETÁVEIS DESTILADA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA; AMPOLA 10ML (CATMAT 276839);</b>	AMPOLA	600
41	<b>15953 - ARTICAINA 4% + EPINEFRINA 1:100, TUBETE DE VIDRO (CATMAT 297697)</b>	TUBETE	3.001
42	<b>9450 - CEFTRIAXONA SÓDICA ASSOCIADA A LIDOCAÍNA INJETÁVEL 1G, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL + DILUENTE, FRASCO 3,5ML IM / IV (CATMAT 450891);</b>	FRASCO AMPOLA	50
43	<b>9491 - DEXAMETASONA FOSFATO DISSÓDICO INJETÁVEL 4MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA DE 2,5ML (CATMAT 292427);</b>	AMPOLA	450
44	<b>9495 - DIAZEPAM INJETÁVEL 5MG; SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML (CATMAT 267194);</b>	AMPOLA	500
45	<b>9506 - DIPIRONA SÓDICA INJETÁVEL 500MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML (CATMAT 268252);</b>	AMPOLA	550
46	<b>9568 - HALOPERIDOL DECANOATO INJETÁVEL 50MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1ML (CATMAT 292194)</b>	AMPOLA	200
47	<b>9570 - HALOPERIDOL INJETÁVEL 5MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML (CATMAT 292196);</b>	AMPOLA	200
48	<b>9695 - PROMETAZINA CLORIDRATO INJETÁVEL 25MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML (CATMAT 267769);</b>	AMPOLA	100



SOLUÇÕES LÍQUIDAS, XAROPES, POMADAS			
49	<b>9489 - DEXAMETASONA ACETATO CREME</b> 1MG/ML; CREME DERMATOLÓGICO, BISNAGA 10G (CATMAT 267643);	BISNAGA	50
50	<b>9492 - DEXCLORFENIRAMINA MALEATO XAROPE</b> 0,4MG/ML; XAROPE, FRASCO 100ML (CATMAT 298454);	FRASCO	50
51	<b>9507 - DIPIRONA SÓDICA</b> 500MG FRASCO 10ML (CATMAT 267205);	FRASCO	40
52	<b>9578 - HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO</b> 61,5MG/ML; SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100ML (CATMAT 340783)	FRASCO	50
53	<b>9591 - IPRATRÓPIO BROMETO INALANTE</b> 0,25ML; SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO, FRASCO 20ML (CATMAT 268331);	FRASCO	30
54	<b>9597 - LACTULOSE XAROPE</b> 667MG/ML; XAROPE; FRASCO 120ML (CATMAT 383750)	FRASCO	100
55	<b>9616 - LIDOCAÍNA CLORIDRATO GELEIA</b> 2%; APRESENTAÇÃO GELEIA, BISNAGA 30G (CATMAT 269846);	BISNAGA	151
56	<b>9639 - MICONAZOL NITRATO CREME</b> 20MG/G, (2%); CREME, BISNAGA 28G (CATMAT 268286);	BISNAGA	30
57	<b>9652 - NISTATINA</b> 100.000UI/ML; SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 50ML (CATMAT 267378);	FRASCO	30
58	<b>9671 - PARACETAMOL GOTAS</b> 200MG/ML; SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML (CATMAT 267777);	FRASCO	40
59	<b>9676 - PERMETRINA LOÇÃO</b> 50MG/ML (5%); LOÇÃO CAPILAR, FRASCO 60ML (CATMAT 363597);	FRASCO	30
60	<b>9706 - SALBUTAMOL SULFATO SPRAY</b> 100MCG/DOSE; AEROSSOL ORAL SPRAY, FRASCO 200 DOSES (CATMAT 294887);	FRASCO	50
61	<b>9727 - SULFADIAZINA DE PRATA CREME</b> 1%; CREME DERMATOLÓGICO, BISNAGA 50G (CATMAT 272089);	BISNAGA	51
62	<b>15105 - CONTRASTE RADIOLÓGICO, NÃO-IÔNICO 300.</b> SOLUÇÃO INJETÁVEL EM FRASCO DE 100ML. UTILIZADO PARA USO DIAGNÓSTICO. CADA ML DA SOLUÇÃO CONTÉM EQUIVALENTE A 300 MG DE IODO. INTRAVASCULAR, ORAL OU INTRACAVITÁRIO. OBS.: A EMPRESA DEVERÁ FORNECER PARA O CONSUD EM COMODATO 1 (UMA) BOMBA INJETORA SIMPLES (UMA CABEÇA); 1 (UMA) ESTUFA PARA AQUECIMENTO DO CONTRASTE; 500 KITS DESCARTÁVEIS COMPOSTOS DE SERINGA DE 200ML E CONECTOR ESPIRALADO, COMPATÍVEIS COM A BOMBA INJETORA; 10.000 (DEZ MIL) UNIDADES DE CONECTORES DESCARTÁVEIS "PATIENT LINE" (CATMAT 443579);	FRASCO	1.001
63	<b>15106 - CONTRASTE RADIOLÓGICO, NÃO-IÔNICO 370.</b> SOLUÇÃO INJETÁVEL EM FRASCO DE 100ML. UTILIZADO PARA USO DIAGNÓSTICO. CADA ML DA SOLUÇÃO CONTÉM EQUIVALENTE A 370 MG DE IODO. INTRAVASCULAR, ORAL OU INTRACAVITÁRIO. OBS.: A EMPRESA DEVERÁ FORNECER PARA O CONSUD EM COMODATO 1 (UMA) BOMBA INJETORA SIMPLES (UMA CABEÇA); 1 (UMA) ESTUFA PARA AQUECIMENTO DO CONTRASTE; 500 KITS DESCARTÁVEIS COMPOSTOS DE SERINGA DE 200ML E CONECTOR ESPIRALADO, COMPATÍVEIS COM A BOMBA INJETORA; 10.000 (DEZ MIL) UNIDADES DE CONECTORES DESCARTÁVEIS "PATIENT LINE" (CATMAT 328922);	FRASCO	501
64	<b>16194 - OXIGÊNIO MEDICINAL, NA FORMA DE GÁS.</b> INCOLOR, INSPÍDO, INODORO, NÃO TÓXICO E NÃO INFLAMÁVEL, INDICADO PARA USO TERAPÊUTICO EM PROCEDIMENTOS MÉDICOS. APRESENTA FÓRMULA QUÍMICA O <sub>2</sub> , COM GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, CONFORME NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES. POSSUI MASSA MOLECULAR DE 31,99G/MOL, SENDO DESTINADO À OXIGENAÇÃO E SUPORTE RESPIRATÓRIO DE PACIENTES EM AMBIENTE ASSISTENCIAL, INCLUSIVE EM EXAMES QUE DEMANDAM SEDAÇÃO. OBS.: A EMPRESA DEVERÁ FORNECER EM CILINDROS DE 7 LITROS (CATMAT 449553).	CILINDRO	71



Para fins de padronização e precisão técnica, as informações constantes nesta listagem e nos demais instrumentos do planejamento prevalecerão sobre eventuais divergências com descritivos genéricos do Catálogo de Materiais (CATMAT) do Governo Federal. Tal medida justifica-se pela necessidade de atender às particularidades farmacotécnicas e às exigências específicas de padronização do CONSUD, assegurando que o objeto entregue corresponda rigorosamente à demanda assistencial e clínica identificada pela área técnica.

A previsibilidade proporcionada por este levantamento detalhado é fundamental para a formação de preços e para a elaboração das propostas pelas licitantes, garantindo que o suprimento ocorra com a qualidade e a regularidade necessárias à manutenção das atividades do Consórcio.

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

---

Com o objetivo de identificar a metodologia de contratação que assegure a seleção da proposta mais vantajosa e a eficiência operacional para as necessidades internas da sede do CONSUD e do CAPS AD III, foram analisadas as alternativas de modelos de fornecimento disponíveis na legislação vigente.

### **Análise de alternativas técnicas**

#### *Adesão a Atas de Registro de Preços externas*

Embora prevista na Lei nº 14.133/2021, a adesão a atas de outros órgãos muitas vezes não contempla a totalidade dos itens específicos padronizados pelos ambulatórios internos. Além disso, as condições logísticas de atas externas podem não ser compatíveis com a necessidade de fornecimento fracionado exigido pelas unidades do Consórcio.

#### *Realização de processo licitatório próprio (solução escolhida)*

A realização de um certame específico pelo CONSUD apresenta-se como a solução mais eficiente. Esta alternativa garante que o edital contenha exatamente as especificações técnicas (CATMAT) e as exigências sanitárias necessárias para o atendimento assistencial das unidades internas.

### **Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)**

Para a operacionalização desta aquisição, define-se como indispensável a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), formalizado por meio de Ata de Registro de Preços. Esta escolha, seguindo o padrão de governança adotado pelo CONSUD, justifica-se pelos seguintes pontos técnicos:

#### *Gestão de fluxo de caixa e estoque*

O SRP desonera o Consórcio da necessidade de aportes financeiros imediatos para a totalidade dos itens, permitindo aquisições fracionadas conforme a capacidade de armazenamento da sede e do CAPS AD III e a disponibilidade orçamentária ao longo do exercício.

#### *Dinâmica da demanda assistencial*

Embora o quantitativo seja baseado no histórico de consumo, a demanda por medicamentos pode sofrer variações por fatores sazonais ou epidemiológicos. O SRP permite que a Administração

adquira apenas o que for efetivamente necessário, sem a obrigatoriedade de compra total do quantitativo estimado.

#### *Celeridade no atendimento*

Uma vez registrada a Ata, o suprimento das unidades torna-se imediato via Ordem de Compra, dispensando novos processos a cada reposição, o que é vital para evitar o desabastecimento nos ambulatórios e no serviço de saúde mental.

Conclui-se, portanto, que a combinação de licitação própria com o Sistema de Registro de Preços é a ferramenta de gestão mais aderente ao interesse público, garantindo economicidade, celeridade e segurança assistencial para as atividades de gestão direta do CONSUD.

## **7. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO**

---

A estimativa de investimento para a presente contratação fundamenta-se no planejamento consolidado no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026 do CONSUD. Ressalte-se que o valor global de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) previsto no referido plano para o item "Medicamentos" constitui uma estimativa macroestrutural, abrangendo todas as categorias de suprimentos farmacêuticos (industriais, injetáveis, manipulados, entre outros) destinados ao Consórcio e aos municípios.

Dessa forma, o valor constante no PCA é uma mera estimativa referencial e global, não representando o teto orçamentário específico para esta contratação de medicamentos. Em estrita observância ao Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, a estimativa final e definitiva deste objeto será apurada e atualizada pelo Setor de Cotações nesta fase preparatória.

Este valor específico será obtido mediante ampla pesquisa de mercado, priorizando parâmetros que reflitam os custos reais destes insumos, tais como:

- Preços praticados em contratações similares por outros entes públicos;
- Dados de bases de preços oficiais;
- Cotações diretas com distribuidores especializados.

Os valores referenciais detalhados por item, que servirão de base para o julgamento da aceitabilidade das propostas no certame, estarão devidamente discriminados no Anexo II do Termo de Referência. Tal medida assegura que a contratação reflita as condições reais de mercado no momento da licitação, garantindo a economicidade e a saúde financeira dos entes consorciados.

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

---

A solução delineada para o atendimento da demanda consiste na implementação de um procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico, visando o Registro de Preços para a aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao consumo interno da sede do CONSUD e do CAPS AD III. Esta modelagem fundamenta-se na centralização da inteligência de planejamento pelo Consórcio, que atua como órgão gerenciador para suprir as necessidades assistenciais e

administrativas de suas unidades próprias, garantindo a padronização dos insumos e a aplicação de critérios rigorosos de qualidade.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) é o pilar central desta solução. Tal escolha confere a flexibilidade necessária à gestão farmacêutica interna, permitindo que as aquisições ocorram de forma escalonada e proporcional à necessidade real de uso nos ambulatorios, sem a obrigatoriedade de imobilização imediata de recursos ou sobrecarga da capacidade de armazenamento físico. Complementarmente, o regime de fornecimento parcelado assegura a otimização logística e a manutenção de estoques com prazos de validade sempre adequados, mitigando riscos de desperdício.

A solução integra ainda um rigoroso mecanismo de controle, com a designação de fiscalização técnica e administrativa para realizar a conferência qualitativa e quantitativa dos itens no ato da entrega, assegurando a estrita conformidade com os registros na ANVISA e as especificações do edital. Os resultados pretendidos focam na maximização da economicidade e na garantia de segurança clínica para os pacientes atendidos diretamente pelo Consórcio. Ao centralizar este suprimento em um certame robusto e específico, a solução promove uma gestão pública mais eficiente e transparente, assegurando que o atendimento assistencial seja pautado pela regularidade no abastecimento e pela segurança sanitária.

## **9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

---

A estratégia de parcelamento do objeto, mediante o julgamento por itens, é condição fundamental para garantir a viabilidade técnica e a máxima eficiência econômica da presente contratação. Esta abordagem fundamenta-se na diversidade do mercado farmacêutico, composto por laboratórios e distribuidores com diferentes especializações, o que torna o parcelamento o mecanismo mais adequado para ampliar a competitividade. Ao permitir que as empresas ofertem itens isoladamente, o CONSUD fomenta a participação de um espectro maior de fornecedores, atraindo aqueles que detêm condições comerciais mais vantajosas em nichos específicos.

Do ponto de vista administrativo e financeiro, o parcelamento por item, aliado ao Sistema de Registro de Preços, possibilita uma gestão de estoques interna muito mais precisa e racional. A solução permite que a sede do CONSUD e o CAPS AD III planejem suas aquisições conforme o comportamento real da demanda assistencial, evitando a imobilização desnecessária de recursos públicos e o risco de perdas por validade decorrentes de superdimensionamento de estoques. Essa flexibilidade é vital na operação dos ambulatorios internos, onde o suprimento deve ser realizado de forma gradual, garantindo que os medicamentos estejam disponíveis conforme a necessidade clínica imediata.

Além disso, a opção pelo parcelamento cumpre o dever constitucional de buscar a proposta mais vantajosa, permitindo a seleção de cada item pelo menor valor de mercado disponível. Em suma, o parcelamento configura-se como uma decisão estratégica que assegura a economicidade do certame, a agilidade no abastecimento e a eficiência na alocação dos recursos próprios do Consórcio, garantindo a continuidade e a segurança dos atendimentos prestados diretamente à população.

## 10. RESULTADOS PRETENDIDOS

---

A execução da presente contratação visa, primordialmente, consolidar a estabilidade e a continuidade da assistência farmacêutica e clínica realizada diretamente na sede do CONSUD e no CAPS AD III. Espera-se que o suprimento regular destes medicamentos assegure que os pacientes atendidos nos ambulatórios internos tenham acesso ininterrupto aos tratamentos prescritos, garantindo a eficácia dos procedimentos realizados sob gestão do Consórcio.

Além da garantia assistencial, a contratação pretende alcançar os seguintes resultados operacionais:

- ✓ Otimização dos processos de compra e reposição de estoque por meio do Sistema de Registro de Preços, reduzindo a burocracia interna e o risco de desabastecimento;
- ✓ Garantia de que todos os itens utilizados possuam registro vigente na ANVISA e atendam aos mais rigorosos padrões de qualidade industrial;
- ✓ Obtenção de preços vantajosos mediante a ampla competitividade do Pregão Eletrônico, assegurando a melhor aplicação dos recursos públicos;
- ✓ Manutenção de um fluxo de suprimentos compatível com a capacidade de armazenamento e o ritmo de consumo das unidades internas, evitando perdas por validade.

Dessa forma, os resultados pretendidos transcendem a mera aquisição de insumos, focando na excelência do atendimento direto à população e na sustentabilidade operacional do CONSUD.

## 11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM TOMADAS

---

Para que a execução do contrato ocorra de forma satisfatória e atenda aos objetivos assistenciais da sede do CONSUD e do CAPS AD III, deverão ser adotadas as seguintes providências após a assinatura da Ata de Registro de Preços e antes do início das entregas:

*Alinhamento de fluxo com a fiscalização:* realização de reunião técnica com a equipe de fiscalização designada pela Decisão Administrativa nº 113/2026, para definir os protocolos de recebimento, conferência de lotes e verificação de validade (mínimo de 75%), garantindo que o fluxo entre a entrega na sede e a distribuição interna para os ambulatórios e o CAPS esteja consolidado.

*Preparação do espaço de armazenamento:* verificação e, se necessário, adequação das condições de armazenamento (temperatura, umidade e ventilação) nas unidades recebedoras, assegurando que o ambiente esteja pronto para manter a integridade dos medicamentos industrializados conforme as normas da ANVISA.

*Configuração de sistema e controle de estoque:* atualização dos sistemas de controle do CONSUD com os dados dos itens registrados, permitindo que a gestão do estoque seja iniciada imediatamente após o primeiro empenho, facilitando o monitoramento do consumo e a previsão de novas ordens de compra.

## 12. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

---



A presente contratação pauta-se pela observância de critérios de sustentabilidade que visam a mitigação de impactos ambientais e o fomento à responsabilidade socioambiental em todo o ciclo de vida do objeto. Sob esta ótica, o processo de aquisição de medicamentos prioriza soluções que aliem a eficácia terapêutica à preservação dos recursos naturais, incentivando a utilização de embalagens e recipientes que favoreçam a reciclagem ou a logística reversa.

No que tange à logística e distribuição, a Administração busca valorizar práticas que otimizem o transporte para a redução da emissão de gases poluentes e a utilização racional de materiais de embalagem secundária. As contratadas deverão observar o descarte adequado de resíduos decorrentes do fornecimento, em estrita conformidade com as normas ambientais vigentes, visando minimizar o impacto ecológico da operação.

Além da dimensão ambiental, os critérios de sustentabilidade abrangem a eficiência administrativa e a máxima utilidade do gasto público. O modelo de Registro de Preços adotado nesta licitação é uma ferramenta estratégica de sustentabilidade, pois permite um planejamento de demanda preciso para a sede e o CAPS AD III, evitando a imobilização desnecessária de capital e, primordialmente, reduzindo o risco de descarte de medicamentos por vencimento de prazo de validade (perda de estoque).

Dessa forma, a atuação do CONSUD assegura que a política pública de saúde contribua para a proteção ambiental e para a responsabilidade fiscal, garantindo que o suprimento das unidades internas ocorra de forma ética, eficiente e pautada na gestão inteligente de recursos públicos.

### 13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

---

Embora a presente aquisição possua autonomia técnica e operacional para o atendimento das necessidades da sede e do CAPS AD III, é importante destacar que ela se integra ao planejamento macro do CONSUD, complementando outras estratégias de suprimento farmacêutico já implementadas.

Neste sentido, destacam-se como contratações relacionadas, porém independentes quanto ao objeto e finalidade:

**Registro de Preços para medicamentos industrializados (compartilhado):** processo destinado ao suprimento das redes municipais de saúde dos 27 entes consorciados, focado em itens de larga escala para a Atenção Básica e Especializada regional.

**Registro de Preços para medicamentos manipulados (compartilhado):** processo voltado ao atendimento de fórmulas personalizadas demandadas pelas secretarias municipais de saúde.

Ressalte-se que a solução ora proposta não apresenta dependência causal ou cronológica com as contratações acima citadas. Enquanto os processos anteriores visam o abastecimento regional dos municípios, este Estudo Técnico Preliminar foca exclusivamente na autonomia operacional das unidades próprias do Consórcio. Portanto, a exequibilidade desta contratação é plena e independente, garantindo que o suprimento dos ambulatórios internos e do CAPS ocorra sem interrupções, independentemente do fluxo de execução dos processos compartilhados.

## 14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

---

Diante de todos os elementos técnicos, econômicos e operacionais analisados ao longo deste documento, este Estudo Técnico Preliminar conclui pela total viabilidade e oportunidade da contratação. A solução escolhida — aquisição de medicamentos industrializados via Registro de Preços, com julgamento por menor preço por item — apresenta-se como o modelo mais vantajoso para a Administração Pública, pois harmoniza a necessidade de continuidade da assistência à saúde com os princípios da economicidade, eficiência e transparência.

A estratégia adotada pelo CONSUD, reforçada pela atualização da equipe de fiscalização técnica especializada conforme a Decisão Administrativa nº 113/2026 e pelas rigorosas exigências de conformidade com as normas da ANVISA, demonstra-se plenamente apta a mitigar riscos assistenciais e a garantir a segurança clínica dos pacientes atendidos nos ambulatórios internos e no CAPS AD III. A modelagem permite que o Consórcio selecione as melhores propostas para cada item, respeitando a padronização técnica necessária para o bom funcionamento das unidades.

Portanto, com base nas análises aqui consolidadas e na devida formalização da demanda via DFD nº 015/2026 (ratificada pela Decisão Administrativa nº 052/2026), recomenda-se o prosseguimento do processo para a fase de elaboração do Termo de Referência e subsequente publicação do edital, estando o planejamento em estrita conformidade com os objetivos institucionais, com o Plano de Contratações Anual (PCA 2026) e com as normas legais vigentes (Lei nº 14.133/2021).

Francisco Beltrão, 14 de maio de 2026.

**PATRICIA DOS SANTOS**  
Encarregada de Planejamento

*Aprovado em 14 de maio de 2026, por Aline Jaquicelli Nardi, Coordenadora Técnica.*

**ALINE JAQUECELLI NARDI**  
Coordenadora Técnica

## MAPA DE RISCOS

O Gerenciamento de Riscos nas contratações públicas não é apenas uma formalidade, mas um pilar de governança estabelecido pela Lei nº 14.133/2021 (Art. 18, X). O Mapa de Riscos atua como uma ferramenta preventiva que identifica ameaças à eficiência do processo antes que elas se tornem problemas jurídicos ou interrupções no serviço de saúde.

**Objeto:** Aquisição de medicamentos para o consumo interno da sede do CONSUD e do CAPS AD III.

FASE	RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	PLANO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Planejamento	<b>Erro na projeção da demanda de consumo interno das unidades:</b> resultando em quantidades insuficientes para cobrir o período de 12 meses.	Média	Alto	Análise do histórico de consumo e do planejamento técnico da área farmacêutica.	Análise da série histórica de consumo e possibilidade de adequação dos quantitativos via Termo Aditivo.	Gestor de Contratos / Setor de Compras
Planejamento	<b>Descritivo técnico genérico:</b> inclusão de itens que não atendem à necessidade clínica.	Baixa	Médio	Utilização da Denominação Comum Brasileira (DCB) e revisão técnica farmacêutica.	Publicação de errata ou esclarecimentos técnicos no edital.	Setor Requisitante / Farmacêutico
Licitação	<b>Inexequibilidade da proposta:</b> lances com valores abaixo do custo de mercado farmacêutico.	Média	Alto	Análise rigorosa das propostas frente à pesquisa de mercado e bancos de preços oficiais.	Desclassificação e convocação do licitante subsequente.	Agente de Contratação / Cotação
Licitação	<b>Licitação deserta ou fracassada:</b> falta de interessados em itens específicos ou de baixo valor.	Baixa	Alto	Parcelamento por item para atrair diferentes distribuidores e ampla divulgação.	Reavaliação das especificações/valores e republicação do certame.	Agente de Contratação



# CONSUD

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste

Mapa de Riscos  
Medicamentos CONSUD | 2026

<b>Fiscalização</b>	<b>Desabastecimento (Ruptura de estoque):</b> fornecedor não entrega o item no prazo de 20 dias.	Alta	Alto	Monitoramento rigoroso dos pré-empenhos e exigência de justificativa imediata.	Notificação para entrega imediata sob pena de multa e compra direta emergencial.	Fiscal Administrativo / Gestor
<b>Fiscalização</b>	<b>Prazo de validade reduzido:</b> entrega de fármacos com validade inferior a 75%.	Média	Médio	Conferência rigorosa no ato do recebimento (Checklist de inspeção).	Recusa total do lote no ato da entrega e exigência de substituição imediata.	Fiscal Técnico
<b>Fiscalização</b>	<b>Inconformidade Sanitária:</b> produtos sem registro ANVISA ou transporte inadequado.	Baixa	Alto	Exigência de CRP, AFE e controle de temperatura no edital.	Apreensão do lote, notificação à Vigilância Sanitária e rescisão contratual.	Fiscal Técnico
<b>Fiscalização</b>	<b>Inadimplência Fiscal:</b> perda da regularidade documental da empresa durante a Ata.	Média	Médio	Verificação mensal da regularidade (SICAF/Certidões) antes do pagamento.	Suspensão de novos pedidos até a regularização da documentação.	Fiscal Administrativo

Francisco Beltrão, 14 de maio de 2026.

**PATRICIA DOS SANTOS**

Encarregada de Planejamento



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

---

1.1 O presente Termo de Referência tem como objetivo a seleção das propostas mais vantajosas para a aquisição de medicamentos, por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando o Registro de Preços para o atendimento das demandas internas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD) e do CAPS AD III. A contratação será realizada de forma parcelada, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021 e às demais normativas vigentes aplicáveis à gestão de recursos públicos.

1.2 O descritivo detalhado, as especificações técnicas e as quantidades totais estimadas relativas ao objeto encontram-se discriminados no Anexo I deste Termo de Referência, o qual consolida a demanda integral necessária para o atendimento das unidades administrativas e assistenciais próprias do Consórcio.

1.2.1 Na ocorrência de eventuais divergências entre o descritivo do objeto constante no Catálogo de Materiais (CATMAT) do Governo Federal e as especificações apresentadas neste Termo de Referência, prevalecerão as informações fornecidas neste documento, visando garantir o pleno atendimento das demandas assistenciais específicas e a padronização terapêutica das unidades do CONSUD.

1.3 Os itens objeto deste planejamento são classificados como bens comuns, nos termos do Art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4 O objeto desta licitação restringe-se, exclusivamente, ao fornecimento de medicamentos industrializados, produzidos por laboratórios farmacêuticos devidamente autorizados.

1.4.1 Não será aceita a oferta de medicamentos manipulados (fórmulas magistrais ou oficinais).

1.4.2 A vedação justifica-se pela natureza das atividades desenvolvidas na sede e no CAPS AD III, que demandam medicamentos com apresentações e dosagens industriais padronizadas, além da existência de planejamento específico para itens de manipulação quando necessário.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

---

2.1 A fase preparatória deste processo de contratação é integralmente subsidiada pelo Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento este elaborado em estrita conformidade com o disposto no Art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e demais normativas correlatas.

2.2 A necessidade da contratação foi devidamente formalizada pelo Setor de Compras por meio do Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 015/2026 e autorizada pela Decisão Administrativa nº 052/2026.

2.3 A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA 2026) do CONSUD, atendendo ao disposto no Art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, garantindo que o objeto esteja em harmonia com o planejamento estratégico e orçamentário da instituição para o exercício vigente.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

---

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no item 8, documento que fundamenta o presente Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

---

#### **4.1 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

4.1.1 Os critérios e diretrizes de sustentabilidade ambiental, social e econômica aplicáveis a esta contratação encontram-se detalhados no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no item 12, em estrita observância ao Art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e às orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

#### **4.2 SUBCONTRATAÇÃO**

4.2.1 Não será admitida a subcontratação do objeto principal deste Termo de Referência.

4.2.2 Será admitida a subcontratação exclusivamente para a execução dos serviços de transporte, logística e descarregamento dos medicamentos, devendo a entrega ser realizada obrigatoriamente na sede do CONSUD, em Francisco Beltrão.

4.2.3 Na hipótese de subcontratação prevista no item anterior, a detentora da Ata de Registro de Preços assumirá total e exclusiva responsabilidade, civil e administrativa, por todos os atos, omissões ou eventuais danos causados pela subcontratada ou seus prepostos durante o trajeto e a descarga dos itens.

4.2.4 A existência de contrato de subcontratação não exime a fornecedora principal do cumprimento rigoroso das obrigações relativas aos prazos de entrega, condições de armazenamento e integridade farmacêutica dos produtos, permanecendo esta como a única responsável perante o CONSUD por qualquer desconformidade verificada no ato do recebimento.

#### **4.3 HABILITAÇÃO TÉCNICA**

4.3.1 Os produtos ofertados deverão estar em estrita conformidade com as normas e padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pelo Ministério da Saúde (MS).

4.3.1.1. Em consonância com a definição do objeto, todos os itens ofertados deverão possuir registro válido junto à ANVISA na categoria de medicamento industrializado, sendo causa de

desclassificação imediata a oferta de produtos cuja produção seja de natureza manipulada/farmacêutica magistral.

4.3.2 A licitante deverá encaminhar, no momento da sessão pública, a documentação comprobatória da regularidade sanitária de cada produto, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a. Registro do produto na ANVISA vigente;
- b. Documento comprobatório de isenção de registro, acompanhado da respectiva notificação simplificada, quando aplicável;
- c. Notificação ou cadastramento do produto junto à ANVISA;
- d. Comprovação de que o produto não está sujeito ao controle sanitário, nos termos da legislação vigente.

4.3.2.1 Na hipótese de registro vencido, a licitante deverá apresentar o comprovante do pedido de revalidação (peticionamento) protocolado junto à ANVISA, acompanhado da cópia do registro anterior, desde que o protocolo tenha sido realizado dentro do prazo legal, garantindo a continuidade da regularidade sanitária conforme os normativos da agência reguladora.

4.3.2.2 A ausência da comprovação de regularidade sanitária ou do protocolo de revalidação tempestivo acarretará a desclassificação do item correspondente, visando garantir a segurança terapêutica e o cumprimento das normas regulatórias.

4.3.3 Para a comprovação da regularidade operacional e técnica da empresa, deverão ser apresentados:

- a. Cópia da Licença Sanitária (Alvará Sanitário) vigente, emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante;
- b. Cópia da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA;
- c. Cópia da Autorização Especial de Funcionamento (AE), caso a licitante realize cotação de medicamentos sujeitos ao controle especial da Portaria SVS/MS nº 344/1998;
- d. Certificado de Regularidade Técnica (CRT) válido, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) competente, comprovando a assistência de profissional farmacêutico responsável.

#### 4.3.4 Atestado de Capacidade Técnica

4.3.4.1 A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de produtos com características semelhantes às do objeto desta licitação.

4.3.4.2 Em observância ao Art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, o atestado deverá comprovar que a licitante executou fornecimento por período não inferior a 12 (doze) meses, de modo a demonstrar a consistência e a capacidade operacional para atender a demandas regulares.

#### 4.3.4.3 Justificativa para a Exigência de Capacidade Técnica

4.3.4.3.1 A exigência de experiência mínima de 12 (doze) meses fundamenta-se na necessidade da Administração em verificar a aptidão da licitante em manter o fluxo de fornecimento parcelado e contínuo, mitigando riscos de rupturas de estoque que comprometeriam a assistência farmacêutica dos 27 municípios consorciados.

4.3.4.3.2 O detalhamento das informações nos atestados visa conferir transparência e segurança jurídica ao julgamento, assegurando que o fornecedor selecionado detém a infraestrutura e a expertise necessárias para o cumprimento das obrigações contratuais, sem configurar barreira injustificada à competitividade.

#### **4.4 CATÁLOGOS E AMOSTRAS**

4.4.1 Considerando que os fármacos objeto desta licitação encontram-se devidamente padronizados e são adquiridos regularmente pelo CONSUD, não será exigida a apresentação prévia de amostras durante a fase de julgamento das propostas, uma vez que as especificações técnicas e os padrões de qualidade já são de amplo conhecimento da Administração.

4.4.2 No entanto, a Administração reserva-se o direito de, em situações excepcionais ou para dirimir dúvidas técnicas sobre a conformidade do produto ofertado, solicitar o envio de amostras e/ou catálogos pela licitante melhor classificada ou pela contratada, observando as seguintes disposições:

a) Na hipótese de solicitação de amostras e/ou catálogos, a Administração estabelecerá, em conjunto com a licitante ou contratada, um prazo razoável e exequível para o envio, considerando a complexidade do item e a viabilidade logística. Tal medida visa assegurar a precisão da análise técnica e garantir que o cronograma de fornecimento não seja prejudicado.

b) As amostras fornecidas serão retidas pelo CONSUD para fins de verificação da estrita conformidade técnica com as especificações exigidas no edital e com a proposta apresentada, não sendo estas contabilizadas como parte integrante do quantitativo do produto contratado.

c) O envio das amostras deverá ser realizado sem ônus adicional para o CONSUD, acompanhado de documentação fiscal específica (nota fiscal de simples remessa ou bonificação), cabendo à licitante arcar com todos os custos logísticos relacionados.

d) As amostras serão avaliadas conforme critérios objetivos que incluirão a análise da composição, integridade da embalagem, rotulagem e apresentação farmacêutica, sendo vedada a substituição ou devolução dos itens após a entrega para análise.

e) O descumprimento do prazo ou das condições estabelecidas para o envio das amostras poderá acarretar a desclassificação do item ou a aplicação das sanções administrativas previstas na legislação vigente.

#### **4.5 OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA**

4.5.1 A DETENTORA DA ATA deverá cumprir integralmente as obrigações decorrentes da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais aplicáveis, bem como as previstas no edital, assumindo como



exclusivamente seus os riscos e as despesas relacionadas à execução adequada e perfeita do objeto contratado.

4.5.2 Executar a entrega do objeto contratado de acordo com as condições, prazos, local e especificações qualitativas e quantitativas estabelecidas neste Termo de Referência e na nota de empenho de despesa ou autorização de fornecimento.

4.5.3 Atender a todos os pedidos de contratação durante o período de vigência da Ata, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, observando a capacidade de fornecimento fixada em sua proposta e os prazos estabelecidos pelo Consórcio.

4.5.4 Manter um canal de comunicação eficiente com o CONTRATANTE, respondendo prontamente a esclarecimentos, ajustes ou demandas relacionadas ao objeto contratado.

4.5.5 Preservar, durante toda a vigência da Ata, todas as condições de habilitação exigidas no processo licitatório.

4.5.6 Responsabilizar-se pela qualidade e procedência dos fármacos, bem como pela inviolabilidade de suas embalagens até a entrega, garantindo que o transporte, mesmo quando realizado por terceiros subcontratados, ocorra segundo as condições de empilhamento, temperatura e umidade registradas na ANVISA.

4.5.7 Entregar os produtos com prazo de validade remanescente de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da validade total no ato do recebimento na sede do CONSUD.

4.5.8 Assumir integralmente os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros relacionados à sua condição de empregadora.

4.5.9 Entregar todos os medicamentos acompanhados de bula em português brasileiro e, quando aplicável, da relação da rede de assistência técnica autorizada.

4.5.10 Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para entrega, eventuais motivos de força maior que impossibilitem o cumprimento do prazo, mediante a devida comprovação documental.

4.5.11 Garantir que todos os produtos fornecidos estejam em perfeito estado, com data de validade legível e apresentando características organolépticas (aparência, odor e textura) apropriadas e íntegras.

4.5.12 Sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, prestando esclarecimentos e atendendo a eventuais notificações com a maior brevidade possível.

4.5.13 Responsabilizar-se por eventuais erros ou omissões na elaboração do faturamento e na emissão de documentos fiscais, arcando com os custos decorrentes de eventuais retificações.

4.5.14 Abster-se de fornecer itens sem a devida autorização prévia ou em desacordo com a nota de pré-empenho, sob pena de não recebimento, rescisão contratual e aplicação de sanções.

4.5.15 Responder por vícios e danos relacionados ao objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

4.5.16 Manter incluídos no valor proposto todos os custos e despesas, tais como tributos, taxas, encargos sociais, seguros, fretes e materiais necessários ao cumprimento integral do objeto, isentando a CONTRATANTE de custos adicionais.

4.5.17 Manter a regularidade fiscal, trabalhista e tributária durante toda a execução da Ata, sob pena de suspensão de pagamentos até a efetiva regularização.

4.5.18 Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais na sede do CONSUD, com força de trabalho própria ou subcontratada, sem ônus adicional ao Consórcio.

4.5.18.1 Substituir, sem custos para a Administração, todos os produtos que no ato da entrega ou conferência apresentarem embalagens violadas, identificação ilegível ou qualquer desacordo com as especificações exigidas.

4.5.18.2 Substituir por itens de qualidade equivalente ou superior todo produto que apresentar defeito de fabricação ou estiver fora do prazo de validade estabelecido neste instrumento.

4.5.19 Apresentar, sempre que solicitado, documentação comprobatória de regularidade sanitária e profissional.

4.5.20 Emitir nota fiscal em conformidade com os requisitos legais e as instruções de faturamento estabelecidas pelo CONSUD.

4.5.21 Não transferir a terceiros a responsabilidade contratual assumida perante o Consórcio, ressalvada a subcontratação de transporte prevista neste Termo de Referência.

4.5.22 Informar à CONTRATANTE quaisquer alterações de endereço, telefone ou e-mail de forma imediata.

4.5.23 Comunicar alterações no Contrato Social ou na estrutura societária, apresentando os documentos comprobatórios no prazo de até 3 (três) dias úteis após o registro no órgão competente.

4.5.24 Utilizar exclusivamente o canal oficial de comunicação do CONSUD ([compras@consud.org](mailto:compras@consud.org) e [protocolo@consud.org](mailto:protocolo@consud.org)) para o envio formal de documentos e informações.

## **4.6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.6.1 Comunicar à DETENTORA DA ATA, formalmente e por escrito, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas durante a execução do contrato, estabelecendo prazo razoável para que sejam corrigidas de forma satisfatória.

4.6.2 Fornecer à DETENTORA DA ATA as informações e os esclarecimentos necessários para sanar quaisquer dúvidas relacionadas à execução do contrato, garantindo o suporte administrativo adequado ao cumprimento das obrigações contratuais.

4.6.3 Garantir o cumprimento das condições de pagamento à DETENTORA DA ATA, observando rigorosamente os prazos, critérios e demais condições estabelecidas no edital e na legislação vigente.

4.6.4 Aplicar as sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e no edital, em caso de inadimplemento ou descumprimento de quaisquer obrigações por parte da DETENTORA DA ATA.

4.6.4.1 Antes da aplicação de quaisquer sanções, notificar formalmente a DETENTORA DA ATA, em estrita conformidade com a Resolução nº 93/2016 do CONSUD, que regulamenta os procedimentos administrativos internos, assegurando o direito à ampla defesa e ao contraditório.

4.6.5 Verificar minuciosamente a conformidade dos medicamentos recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste documento e na proposta de preços, para fins de aceitação e posterior recebimento definitivo.

4.6.6 Utilizar obrigatoriamente o canal de comunicação oficial do CONSUD ([compras@consud.org](mailto:compras@consud.org) e [protocolo@consud.org](mailto:protocolo@consud.org)) para o envio de quaisquer documentos ou comunicações formais, destinados à DETENTORA DA ATA.

## 5. EXECUÇÃO DO OBJETO

---

### 5.1 CONTRATAÇÃO

5.1.1 Após a homologação do resultado final do certame, a licitante vencedora deverá realizar o cadastro de seu representante junto ao Setor de Compras do CONSUD, pelo e-mail [compras@consud.org](mailto:compras@consud.org), no prazo de 3 (três) dias úteis.

5.1.2 Após a homologação da licitação, será formalizada a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP), que funcionará como o documento vinculativo de fornecimento, contendo os valores, condições e demais especificações acordadas, estabelecendo o compromisso formal da licitante vencedora em cumprir os termos definidos.

5.1.3 O Setor de Contratação do CONSUD entrará em contato com a licitante vencedora, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, enviando a ARP pelo canal oficial de comunicação do setor para assinatura.

5.1.3.1 A licitante vencedora deverá dispor de Certificação Digital válida da empresa para efetuar a assinatura da ARP.

5.1.3.2 A empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da ARP, para realizar a ASSINATURA DIGITAL e devolver o documento pelo mesmo canal de comunicação utilizado para o envio inicial.

**5.1.3.3** A exigência de assinatura digital na Ata de Registro de Preços está fundamentada no artigo 5º, inciso I, do Decreto nº 10.278/2020.

**5.1.4** Após a assinatura da ARP, a licitante vencedora passará a ser denominada formalmente como DETENTORA DA ATA, sendo responsável por cumprir integralmente as obrigações previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

**5.1.5** Caso a licitante vencedora se recuse a assinar a ARP ou apresente situação irregular no momento da convocação, será chamada a próxima licitante classificada, seguindo a ordem de classificação, para a assinatura. Esse procedimento será realizado sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme previsto no Art. 142, § 2º, da Resolução nº 24/2023 do CONSUD.

## **5.2 VIGÊNCIA**

**5.2.1** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

**5.2.2** Em conformidade com o disposto no Art. 84 da Lei nº 14.133/2021, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período, desde que haja manifestação de interesse da Administração e seja comprovada a manutenção da vantagem econômica dos preços registrados.

**5.2.3** Conforme previsto no Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021, antes de formalizar a Ata ou proceder a qualquer prorrogação, o CONSUD deverá realizar as seguintes consultas para assegurar a idoneidade e regularidade da detentora:

- Verificar a regularidade fiscal e tributária da contratada;
- Consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- Consultar o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- Emitir certidão negativa de inidoneidade;
- Emitir certidão negativa de impedimento;
- Emitir certidão negativa de débitos trabalhistas.

**5.2.4** Toda a documentação comprobatória das consultas mencionadas no subitem anterior deverá ser obrigatoriamente anexada ao respectivo processo administrativo de contratação.

## **5.3 SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS**

**5.3.1** A solicitação de fornecimento dos produtos será formalizada exclusivamente pelo CONSUD por meio da emissão da Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra, que funcionará como a autorização oficial de fornecimento.



5.3.2 A referida nota será encaminhada apenas pelos canais de comunicação oficiais da instituição, garantindo a autenticidade e a segurança do processo, devendo a DETENTORA DA ATA processar apenas os pedidos que forem formalizados por este meio.

5.3.3 O CONSUD não está vinculado ao atendimento de eventuais exigências de faturamento mínimo ou lotes mínimos estipulados pela DETENTORA DA ATA para a realização dos pedidos.

5.3.4 A empresa deverá atender integralmente às solicitações realizadas, independentemente do valor ou volume solicitado, observando rigorosamente os critérios quantitativos e as especificações técnicas estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

5.3.5 A DETENTORA DA ATA deverá confirmar o recebimento das solicitações formalizadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, através do mesmo canal oficial de comunicação utilizado para o envio da Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra.

5.3.6 Caso seja verificada qualquer irregularidade, erro material ou necessidade de ajuste na solicitação enviada, a DETENTORA DA ATA deverá comunicar imediatamente à Administração, de forma clara e fundamentada, para que sejam adotadas as medidas saneadoras cabíveis.

## **5.4 CONDIÇÕES DE ENTREGA**

5.4.1 A entrega do objeto relativo à presente licitação dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, conforme a necessidade do CONSUD, em estrita concordância com o Art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.2 O fornecimento dos produtos não estabelece qualquer vínculo empregatício entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, sob nenhuma circunstância.

5.4.3 O prazo de entrega dos itens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento do pré-empenho, devendo o fornecimento ocorrer em remessa única para cada autorização expedida, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

5.4.4 Caso não seja efetivada a entrega total do pedido no prazo estabelecido, ou esta ocorra de forma parcial, a DETENTORA DA ATA será notificada para se manifestar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.4.4.1 A ausência de manifestação ou o indeferimento da justificativa apresentada acarretará a abertura imediata de processo administrativo para apuração e eventual aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, no Edital e na legislação vigente.

5.4.5 O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante solicitação formal da DETENTORA DA ATA, desde que protocolada dentro do prazo inicial de 20 (vinte) dias corridos e devidamente instruída com documentos comprobatórios que justifiquem a excepcionalidade, ficando a aceitação a critério exclusivo da Administração.

5.4.5.1 A justificativa deverá ser protocolada oficialmente por meio de ofício enviado aos e-mails institucionais [protocolo@consud.org](mailto:protocolo@consud.org) e [compras@consud.org](mailto:compras@consud.org), com a devida comunicação complementar via WhatsApp Institucional do setor competente.

## **5.5 ENDEREÇO E HORÁRIOS DE ENTREGA**

5.5.1 A mercadoria deverá ser entregue na Rodovia Contorno Vitório Traiano, nº 501, Bairro Água Branca, em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85601-838.

5.5.2 Os horários de recebimento de materiais são das 8h às 11h30 e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira.

5.5.3 O responsável pelo Setor de Compras do CONSUD poderá indicar outro local para a entrega durante a vigência da Ata de Registro de Preços, desde que a comunicação seja realizada formalmente e em tempo hábil através dos canais oficiais da Instituição.

5.5.4 O recebimento dos itens na sede do Consórcio dar-se-á mediante agendamento prévio, via telefone, WhatsApp ou e-mail institucional, cujos contatos serão fornecidos por ocasião do envio da Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra.

## **5.6 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

5.6.1 Fica determinantemente proibida a troca de marca ou fabricante dos produtos registrados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, devidamente formalizado e instruído com documentos comprobatórios aceitos pela Administração do CONSUD.

5.6.2 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação, sem ônus para o Consórcio e sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.6.3 Os medicamentos deverão possuir prazo de validade remanescente de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da validade total no ato da entrega na sede do CONSUD.

5.6.4 No ato da entrega, os produtos serão recebidos PROVISORIAMENTE para posterior verificação de conformidade técnica e quantitativa.

5.6.4.1 No momento da apresentação dos produtos, acompanhados do respectivo romaneio, será realizada a conferência da quantidade de volumes e a assinatura do comprovante de entrega provisória.

5.6.4.2 A assinatura no conhecimento de frete ou romaneio não implica o recebimento definitivo da mercadoria e nem atesta a sua conformidade com a Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra.

5.6.5 Os produtos serão recebidos DEFINITIVAMENTE em até 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, mediante a verificação do cumprimento dos seguintes requisitos:

5.6.5.1 A quantidade e a descrição dos produtos devem estar em estrita conformidade com o solicitado na Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra.

5.6.5.2 Os fármacos devem apresentar prazo de validade conforme estabelecido neste documento e registros válidos junto à ANVISA visíveis nas embalagens.

5.6.5.3 As embalagens devem estar invioladas, corretamente identificadas e conter, obrigatoriamente, o número do lote, data de validade, data de fabricação e descrição do item.

5.6.5.4 Para medicamentos isentos de registro, devem ser apresentados os documentos comprobatórios de notificação simplificada e a respectiva norma regulamentadora.

5.6.5.5 As condições de transporte devem observar a RDC nº 304/2019, com controle rigoroso de temperatura, empilhamento e umidade.

5.6.5.6 Produtos termolábeis transportados em caixas térmicas devem apresentar monitoramento de temperatura que comprove a integridade da cadeia de frio desde a origem até a entrega.

5.6.6 Confirmada a conformidade técnica, a Nota Fiscal será atestada pelo fiscal responsável para fins de processamento do pagamento.

5.6.7 Caso a conferência não seja concluída no prazo de 10 (dez) dias, o recebimento definitivo será presumido, sem que isso exima a detentora da Ata de responsabilidades por vícios ocultos ou irregularidades identificadas posteriormente.

5.6.8 Caso os materiais sejam devolvidos por desacordo técnico, todas as despesas de logística e substituição serão de responsabilidade exclusiva da detentora da Ata.

5.6.9 Não será permitida a entrega de produtos sem a apresentação da respectiva Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra e dos documentos fiscais pertinentes.

## **5.7 ACEITAÇÃO DO OBJETO**

### **5.7.1 NOME DO MEDICAMENTO**

5.7.1.1 Os medicamentos somente serão aceitos se estiverem identificados de acordo com a Denominação Comum Brasileira (DCB), em estrita observância ao Art. 3º da Lei nº 9.787/1999.

### **5.7.2 REGISTRO SANITÁRIO**

5.7.2.1 Somente serão aceitos produtos que possuam registro vigente junto à ANVISA.

5.7.2.2 O fornecedor deverá manter junto aos órgãos reguladores todos os alvarás, licenças e inspeções devidamente atualizados durante toda a execução contratual.

5.7.2.3 No ato da entrega, deverá ser apresentada a comprovação do registro sanitário ou a publicação no Diário Oficial da União (DOU), conforme as informações prestadas na proposta de preços.

### 5.7.3 EMBALAGEM E ROTULAGEM

5.7.3.1 Não serão aceitos medicamentos cujas embalagens apresentem sinais de violação, aderência ao produto, umidade, avarias ou qualquer inadequação técnica que comprometa a integridade do conteúdo.

5.7.3.2 As embalagens externas e internas devem estar lacradas e conter, de forma visível e indelével, o nome do medicamento, número do lote, data de fabricação e prazo de validade, atendendo às especificações da RDC nº 71/2009.

5.7.3.3 As embalagens devem apresentar, de maneira nítida e permanente, os dizeres: "PROIBIDA A VENDA AO COMÉRCIO", conforme determina a Portaria nº 2.814/1998.

5.7.3.4 Os medicamentos genéricos deverão conter a identificação obrigatória com o texto "Medicamento GENÉRICO" dentro da tarja amarela, conforme a Lei nº 9.787/1999.

5.7.3.5 A marca dos medicamentos de referência deve estar claramente indicada no produto ou em sua embalagem secundária.

5.7.3.6 As embalagens externas devem indicar claramente as condições adequadas de armazenamento, incluindo faixas de temperatura, proteção contra umidade e limites de empilhamento.

5.7.3.7 Os produtos devem vir acompanhados de suas respectivas bulas em português, cujos textos devem estar em conformidade com as normas do Ministério da Saúde e do Código de Defesa do Consumidor.

5.7.3.7.1 Para medicamentos sujeitos a controle especial, as embalagens e rotulagens deverão atender rigorosamente à Portaria nº 344/1998.

5.7.3.8 As embalagens primárias (ampolas, blisters, strips e frascos) devem conter obrigatoriamente o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

5.7.3.9 Medicamentos em pó liofilizado para preparo de solução injetável deverão vir acompanhados do respectivo diluente apropriado, conforme padronização técnica.

5.7.3.10 Para produtos acondicionados em bisnagas, estas deverão possuir lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para rompimento do mesmo, além de aplicadores quando o uso assim exigir.

5.7.3.11 Produtos em frascos devem apresentar lacre na tampa e acompanhar dosador (copo ou seringa) quando aplicável.



5.7.3.12 Aplicadores fornecidos com cremes, pomadas, óvulos ou géis ginecológicos devem estar protegidos por material individual adequado e devidamente selados.

5.7.3.13 Medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de todos os itens necessários para sua correta aplicação ou infusão, como filtros e equipos, quando especificado na literatura técnica.

5.7.3.14 Itens fotossensíveis devem ser obrigatoriamente acondicionados em embalagens que garantam a proteção farmacológica necessária durante o armazenamento e a dispensação.

## **5.8 RESPONSÁVEL TÉCNICO**

5.8.1 As embalagens dos medicamentos devem conter, de forma clara, visível e indelével, o nome do farmacêutico responsável técnico pela fabricação do produto.

5.8.2 Deve constar obrigatoriamente o número do registro profissional no Conselho Regional de Farmácia (CRF) e a respectiva Unidade da Federação (UF) na qual o profissional está inscrito.

5.8.3 O registro do farmacêutico responsável deve estar devidamente vinculado ao Conselho Regional de Farmácia da unidade federativa onde a unidade fabril do produto está localizada, em estrita observância às normas de regulação da profissão farmacêutica e da ANVISA.

## **5.9 VALIDADE**

5.9.1 As embalagens dos medicamentos e materiais devem, obrigatoriamente, apresentar a data de validade em conformidade com a legislação vigente, indicando de forma clara o período durante o qual o fármaco mantém sua estabilidade e eficácia terapêutica.

5.9.2 No ato da entrega na sede do CONSUD, o prazo de validade remanescente dos itens deve ser de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total de validade do produto.

5.9.3 Na eventual impossibilidade de cumprimento do percentual estabelecido no item anterior, e caso a Administração aceite o recebimento para evitar o desabastecimento da rede de saúde, a DETENTORA DA ATA deverá obrigatoriamente apresentar uma Carta de Compromisso de Troca.

5.9.3.1 A referida Carta de Compromisso de Troca obriga a detentora a substituir, integralmente e sem ônus para o Consórcio, os itens que não forem utilizados antes do vencimento, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a solicitação.

5.9.4 Quando houver a necessidade de substituição de produtos ou de ações corretivas por parte da DETENTORA DA ATA em relação à validade, os prazos de pagamento serão suspensos até a regularização total do fornecimento.

5.9.5 O descumprimento dos critérios de validade ou a recusa na substituição pactuada em Carta de Troca caracterizará atraso na entrega, sujeitando a fornecedora à aplicação de multa sobre o valor total dos itens em desacordo e demais sanções administrativas.

## **5.10 TRANSPORTE**

5.10.1 O acondicionamento e o transporte dos medicamentos devem atender rigorosamente às normas sanitárias vigentes, garantindo proteção contra sujidade, umidade, variações de temperatura e demais exigências estabelecidas na RDC nº 430/2020 e na RDC nº 16/2014.

5.10.2 No caso de produtos termolábeis, as embalagens térmicas e os sistemas de controle utilizados devem ser apropriados para assegurar a integridade térmica e a estabilidade farmacológica do produto durante todo o trajeto.

5.10.2.1 Para o transporte de produtos termolábeis, a detentora da Ata deverá utilizar dispositivos de monitoramento de temperatura (sensores, termômetros de máxima e mínima ou fitas térmicas) que permitam a comprovação da manutenção da cadeia de frio no ato do recebimento.

5.10.3 O transporte deve seguir critérios técnicos que garantam a preservação da identidade, qualidade e integridade físico-química dos fármacos.

5.10.4 No momento da entrega na sede do CONSUD, os volumes devem estar organizados obrigatoriamente por número de lote, a fim de viabilizar a celeridade e a precisão no processo de conferência e recebimento.

5.10.5 As caixas e embalagens secundárias utilizadas no transporte devem estar em perfeito estado de conservação e ser adequadas à natureza dos produtos, preferencialmente em suas embalagens originais de fábrica.

5.10.5.1 Em caso de avaria ou dano verificado no ato da descarga, os itens deverão ser imediatamente recolhidos e substituídos pela fornecedora por produtos íntegros, sem qualquer custo adicional para o Consórcio.

5.10.6 Não serão aceitos medicamentos transportados em veículos que apresentem sujidade, odores fortes ou que transportem simultaneamente substâncias tóxicas, perigosas ou qualquer material que possa causar contaminação.

5.10.7 Em caso de extravio de mercadorias pela transportadora, a DETENTORA DA ATA deverá providenciar a reposição imediata dos itens, respeitando o prazo de entrega estabelecido neste Termo de Referência, contado a partir da notificação formal da Administração.

5.10.8 Produtos transportados em condições incompatíveis com as recomendações do fabricante (faixa de temperatura inadequada, embalagens molhadas, esmagadas ou com lacres rompidos) não serão recebidos sob nenhuma hipótese.

## **5.11 ESPECIFICAÇÕES GERAIS**

5.11.1 Independentemente de sua natureza jurídica (fabricante, importadora ou distribuidora), a DETENTORA DA ATA deverá comunicar formalmente ao CONSUD, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, quaisquer protocolos submetidos à ANVISA que envolvam alterações de prazo de validade, excipientes, local de fabricação ou mudanças no processo produtivo do medicamento.

5.11.1.1 A referida comunicação deve ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após o protocolo junto à agência reguladora.

5.11.2 Na hipótese de interdição do laboratório fabricante, descontinuidade da produção ou cancelamento do registro do fármaco durante a vigência da Ata, a detentora será integralmente responsável por substituir o item por outro de mesma composição, concentração e eficácia terapêutica comprovada.

5.11.2.1 A substituição mencionada no item anterior estará sujeita à prévia análise técnica e homologação pelo CONSUD, não podendo gerar qualquer ônus financeiro adicional para a Administração.

5.11.2.2 Caso o valor de mercado ou de registro do medicamento substituto seja inferior ao do produto originalmente registrado na Ata, o CONSUD reserva-se o direito de realizar o pagamento correspondente ao menor valor verificado.

5.11.3 Se forem identificadas alterações que comprometam a estabilidade ou qualidade do produto dentro de seu prazo de validade, a DETENTORA DA ATA será obrigada a realizar a substituição imediata dos lotes afetados, observando as mesmas especificações e quantidades, sem ônus para o Consórcio e no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a notificação formal.

5.11.4 A administração do CONSUD não assumirá qualquer responsabilidade por compromissos firmados pela DETENTORA DA ATA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços.

5.11.5 O CONSUD restará isento de qualquer responsabilidade civil ou administrativa por danos causados a terceiros em decorrência de atos praticados pela detentora, seus empregados, prepostos ou subcontratados durante a execução do objeto.

## **6. GESTÃO DO CONTRATO**

---

### **6.1 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

6.1.1 A DETENTORA DA ATA declara aceitar os métodos de controle adotados pelo CONSUD, comprometendo-se a fornecer a documentação assistencial e técnica necessária ao acompanhamento da execução, nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2 A fiscalização e a gestão do contrato serão exercidas pelos seguintes agentes públicos:

- I – Gestora de Contratos: Camila Dahmer;
- II – Fiscal Técnica: Naira Milena Sabbi
- III – Fiscal Administrativo: Gustavo Henrique Fiorese

6.1.3 À Fiscalização Técnica compete, mas não se limita, a verificar a estrita conformidade dos medicamentos entregues com as especificações deste Termo de Referência, incluindo a

conferência de laudos de pureza, prazos de validade, integridade das embalagens e manutenção da cadeia de frio para itens termolábeis.

6.1.4 À Fiscalização Administrativa compete, mas não se limita, ao controle dos aspectos formais da Ata de Registro de Preços, incluindo a conferência da regularidade documental da detentora, a gestão dos saldos dos itens registrados e a instrução dos processos para fins de pagamento.

6.1.5 O CONSUD manterá canal de Ouvidoria, nos termos da Resolução nº 32/2025, cujos relatórios e denúncias procedentes sobre a qualidade dos fármacos ou falhas no fornecimento poderão subsidiar a fiscalização na apuração de faltas contratuais e na aplicação de sanções administrativas.

6.1.6 A atuação dos fiscais não exclui nem reduz a responsabilidade integral da detentora da Ata pela qualidade técnica, eficácia e segurança dos medicamentos fornecidos, bem como por quaisquer danos decorrentes de vícios de fabricação ou transporte inadequado.

## 6.2 PENALIDADES

6.2.1 A DETENTORA DA ATA, durante a execução do contrato, que incorrer em infrações contratuais ou legais, ficará sujeito às seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- Sanções previstas na minuta contratual, cometidas na fase de execução contratual;
- Descredenciamento do sistema de registro cadastral;
- Rescisão do contrato.

6.2.2 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.2.3 Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, o Consórcio aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

CORRESPONDÊNCIA DE % (PORCENTAGEM)		
Grau	Porcentagem	Base de cálculo
01	10% (dez por cento)	Valor do empenho
02	10% (dez por cento) ao dia	Valor do empenho
03	20 % (vinte por cento) ao dia	Valor do item
04	10 % (dez por cento)	Valor total do contrato por item
05	30 % (trinta por cento)	Valor total da Ata

6.2.4 Da classificação das infrações por gravidade (GRAU):

DESCRIÇÃO DA GRAVIDADE OCORRIDA
---------------------------------

Item	Descrição	Grau
1	Deixar de apresentar as certidões de regularidade (fiscal, trabalhista e previdenciária) junto à nota fiscal ou quando solicitado pela Administração.	05
2	Não cumprir o horário de entrega estabelecido neste termo;	01
3	Suspensão ou interrupção da execução da ARP, durante a análise dos pedidos de revisão, sem expressa concordância da Administração;	02 e 05
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais;	05
5	Entregar produto em desacordo com as especificações deste documento e proposta sem motivo justificado e aceito pela Administração;	03
6	Entrega em local diferente do especificado no contrato sem prévia autorização;	02
7	Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do contrato;	01
8	Atraso injustificado, até o trigésimo dia, para a entrega dos produtos, incidente sobre a quantidade que deveria ser entregue, contado a partir da emissão nota de empenho de despesa, limitados à 30 (trinta) dias (POR INCIDÊNCIA);	01 e 02
9	Entregar medicamentos com prazo de validade inferior ao estabelecido neste Termo de Referência (75%) sem a prévia apresentação e aceite da Carta de Compromisso de Troca.	03
10	Entregar medicamentos termolábeis sem o devido monitoramento de temperatura ou com evidências de excursão térmica (fora da faixa recomendada pelo fabricante) durante o transporte.	03
11	Deixar de substituir, no prazo de 10 (dez) dias corridos, produtos que apresentarem vícios de qualidade, embalagens avariadas ou que tenham sido objeto de recall sanitário.	02
12	Recusar o atendimento de pedidos sob a alegação de faturamento mínimo ou lote mínimo, descumprindo a obrigação de atender qualquer quantitativo registrado.	01

6.2.5 A somatória das multas previstas nas tabelas acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do empenho referente à produção no mês da ciência da infração;

6.2.6 No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias corridos ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 30% (trinta por cento) do valor total do empenho referente à produção no mês da ciência da infração, fica facultado ao Consórcio reconhecer a ocorrência das hipóteses de cancelamento da ARP;

6.2.7 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à empresa CONTRATADA;

6.2.7.1 Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a empresa CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial;

6.2.8 A multa, aplicada após regular processo administrativo, e esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido à empresa CONTRATADA, será encaminhada para cobrança judicial.

6.2.9 A manutenção da regularidade fiscal, durante a execução do contrato, constitui condição obrigatória. O descumprimento poderá motivar:



- a. Rescisão contratual por descumprimento de cláusula essencial (Art. 121, §1º, e Art. 137, inciso III, da Lei 14.133/2021;
- b. Cancelamento da execução dos serviços contratados, conforme análise de conveniência e interesse público;
- c. Aplicação das sanções administrativas cabíveis.

### 6.3 REEQUILÍBRIO DE PREÇOS

6.3.1 A concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, por meio de revisão, está condicionada à demonstração exaustiva e analítica, por parte da fornecedora, da ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual, resultante de fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que retardem ou impeçam a execução contratual, ou ainda em casos de força maior;

6.3.2 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não suspendem a execução das ARPs. Eventual recomposição de valores em favor da DETENTORA DA ATA deverá, preferencialmente, ser paga a título indenizatório, após análise e aprovação do CONSUD;

6.3.2.1 A suspensão ou interrupção da execução contratual durante a análise dos pedidos de revisão, sem a expressa concordância do gestor da ARP, implicará a aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e na ata;

6.3.3 Qualquer solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser devidamente comprovada. As notas de empenho de despesa emitidas anteriormente à data do pedido não sofrerão alterações;

6.3.4 A DETENTORA DA ATA deverá formalizar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por escrito, acompanhado dos documentos comprobatórios pertinentes. O valor do ajuste solicitado não poderá superar o preço médio de mercado vigente à época;

6.3.4.1 O pedido deverá ser enviado ao e-mail institucional [protocolo@consud.org](mailto:protocolo@consud.org), acompanhado do requerimento mencionado no item 6.3.4, bem como dos seguintes documentos:

- a) Notas fiscais de aquisição do item pela DETENTORA DA ATA:
  - Notas fiscais dos itens na data da licitação;
  - Notas fiscais dos itens na data da solicitação de reequilíbrio;
- b) Ofício ou carta do laboratório, em caso de desistência ou troca de marca;
- c) Outros documentos julgados necessários;
- d) Demonstrativo detalhado, conforme modelo abaixo (um para cada item);

Processo nº xx/aaaa	Pregão Eletrônico nº xx/aaaa
Nº do item:	
Descrição do item:	
Marca:	

Dados que serviram de base para oferta de preços na licitação	Dados para comprovar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro
Preço registrado na licitação:	Novo preço proposto:
Preço de compra antes da licitação:	Preço de compra atual:
Data da compra:	Data da compra:
Nº da nota fiscal:	Nº da nota fiscal:

6.3.5 Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios exigidos;

6.3.6 O Consórcio poderá consultar os preços das demais empresas participantes, observando a ordem de classificação, para contratar com a empresa que apresentar o menor preço antes de deferir o pedido de reequilíbrio, liberando a requerente da obrigação de entrega do medicamento;

6.3.7 O Consórcio poderá convocar a qualquer momento a DETENTORA DA ATA para reduzir os preços registrados, em conformidade com pesquisas de mercado realizadas, ou em caso de alterações conjunturais que provoquem a redução dos preços praticados no mercado nacional ou internacional;

6.3.7.1 Caso não haja redução dos preços, a fornecedora será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas. O Consórcio poderá convocar os demais fornecedores classificados para negociação nas mesmas condições ou revogar total ou parcialmente a ata de registro de preços;

6.3.8 Os valores ajustados somente serão repassados à DETENTORA DA ATA após a assinatura e devolução da minuta devidamente assinada e a publicação do aditamento no Diário Oficial.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 7.1 MEDIÇÃO

7.1.1 A medição será realizada mensalmente ou de acordo com a periodicidade das entregas efetivas, tomando-se como base os medicamentos efetivamente recebidos e aceitos, em estrita conformidade com as especificações da Ata de Registro de Preços e os quantitativos solicitados.

7.1.2 Para fins de medição e posterior liquidação, os fármacos devem ser entregues em perfeitas condições, respeitando-se integralmente os requisitos de armazenamento e transporte estabelecidos, tais como temperatura, embalagem original íntegra e ausência de danos físicos.

7.1.3 A conferência técnica para fins de medição incluirá a verificação do prazo de validade remanescente, que deverá ser de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total no ato da entrega, sendo os itens em desacordo rejeitados ou condicionados à substituição via Carta de Compromisso de Troca.

7.1.4 Os documentos que acompanham o fornecimento serão analisados detalhadamente, devendo conter todas as informações exigidas para a rastreabilidade, como descrição do item, número do lote, data de fabricação e validade, sob pena de devolução do documento fiscal para correção.

7.1.5 Os fiscais designados para o acompanhamento do contrato possuem total autonomia para aplicar os métodos de aferição, amostragem e verificação que julgarem necessários para garantir a fidedignidade das medições e o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

7.1.6 A escolha dos métodos de medição pela fiscalização visará sempre a garantia da qualidade dos fármacos entregues e o bom andamento da execução contratual, podendo incluir a solicitação de laudos técnicos e inspeções detalhadas nos volumes recebidos.

## 7.2 NOTA FISCAL

7.2.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida pela DETENTORA DA ATA, após solicitação formal da CONTRATANTE. O pagamento ficará condicionado ao atesto definitivo da fiscalização do contrato, realizado após a conferência técnica da conformidade dos medicamentos.

7.2.1.1 Nota Fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente sob o mesmo CNPJ utilizado na habilitação e assinatura da Ata, em nome do:

- **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD)**

CNPJ: 00.333.678/0001-96. Inscrição Estadual: Isento.

Endereço: Rodovia Contorno Vitório Traiano, nº 501. Bairro Água Branca.

Francisco Beltrão – PR. CEP: 85.601-838.

7.2.2 No corpo da nota fiscal deverá obrigatoriamente constar:

- O número da Ata de Registro de Preços e do Processo Licitatório;
- O número da Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra correspondente;
- A descrição detalhada, a marca, o número do lote e a quantidade dos medicamentos entregues.

7.2.3 A descrição dos itens na Nota Fiscal deverá reproduzir fielmente a redação constante na Ata de Registro de Preços e na proposta de preços homologada.

7.2.4 Quando houver alteração de dados bancários, a DETENTORA DA ATA deverá enviar novo comprovante de conta bancária pessoa jurídica, no mesmo CNPJ utilizado na habilitação, ao Setor Financeiro do CONSUD, por meio do e-mail [financeiro@consud.org](mailto:financeiro@consud.org).

7.2.5 A conta bancária informada deverá ser, preferencialmente, do Banco do Brasil.

7.2.6 Havendo erros na emissão da nota fiscal, ou na entrega dos produtos, que impeçam a liquidação da despesa, a nota fiscal deverá ser substituída ou anulada pela DETENTORA DA ATA. Nesses casos, o prazo de pagamento ficará suspenso até a adoção das medidas saneadoras.

## 7.3 IMPOSTOS

7.3.1 A DETENTORA DA ATA é responsável pela correta apuração e recolhimento dos tributos incidentes sobre o fornecimento dos produtos, devendo informar, na nota fiscal, o regime tributário ao qual está vinculado.

7.3.2 O CONSUD, por sua natureza jurídica de consórcio público de direito público, equiparado a autarquia, procederá à retenção tributária obrigatória, nos termos da legislação aplicável e das Instruções Normativas RFB nº 1234/2012, nº 2110/2022 e nº 2145/2023 RFB e suas alterações.

7.3.3 Na ausência de informação expressa sobre a não incidência de retenções, o CONSUD efetuará automaticamente a retenção do imposto de renda na fonte.

7.3.4 Caso a DETENTORA DA ATA seja optante do Simples Nacional, deverá constar menção expressa na nota fiscal, acompanhada da declaração nos moldes do Anexo IV da IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

## **7.4 PAGAMENTO**

7.4.1 O pagamento será condicionado à efetiva entrega dos medicamentos, devidamente atestada pela gestão e fiscalização do contrato, e à apresentação da nota fiscal acompanhada das certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista exigidas pela legislação.

7.4.1.1 A DETENTORA DA ATA deverá apresentar, por meio do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) ou mediante certidões individualizadas, os documentos comprobatórios de regularidade:

- a. Certidão Negativa de Débitos da União;
- b. Certidão Negativa de Débitos Estadual;
- c. Certidão Negativa de Débitos Municipal;
- d. Certidão de Regularidade do FGTS;
- e. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.4.1.2 Constatada a ausência ou o vencimento de qualquer das certidões de regularidade exigidas, a Coordenação Administrativa notificará formalmente a DETENTORA DA ATA para que promova a regularização no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias corridos. A inércia do fornecedor após o transcurso deste prazo sujeitará a empresa à aplicação de sanções administrativas, nos termos dos Artigos 121 e 137 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.2 O pagamento será realizado em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos do aceite definitivo da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente no mesmo CNPJ da licitante vencedora, vinculada ao contrato.

7.4.2.1 Em razão da natureza jurídica do CONSUD e da procedência multifonte dos recursos financeiros, os pagamentos poderão ser processados de forma desmembrada, conforme a disponibilidade de repasses dos entes consorciados e das transferências intergovernamentais vinculadas, podendo haver variações nos prazos de efetiva liquidação entre as diferentes fontes

pagadoras e entre os meses de execução, sem que a alteração nas datas habituais de crédito configure atraso ou inadimplemento.

7.4.3 Não será admitido pagamento por boleto bancário, operação de factoring ou qualquer forma de cessão de crédito, bem como não será autorizado pagamento antecipado, sendo devido apenas o valor correspondente aos serviços prestados, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.4.5 Em caso de aplicação de multas decorrentes de processo administrativo, os respectivos valores poderão ser deduzidos dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

7.4.6 O pagamento será efetuado pelo CONSUD em horário de expediente. Caso a data programada coincida com feriado, será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente.

## **8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS FORNECEDORES**

---

8.1 A seleção dos fornecedores será realizada por meio de Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento o menor preço por item, nos termos do Art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

8.2 A decisão pelo parcelamento do objeto, com adjudicação por item, está fundamentada no Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o parcelamento como regra para ampliar a competição. A estratégia é técnica e economicamente viável, pois o objeto é composto por uma grande diversidade de itens de natureza divisível e o mercado de medicamentos é segmentado, o que aumenta a competitividade e a probabilidade de se obter a proposta mais vantajosa para cada produto.

8.3 A presente licitação será realizada sob o rito da ampla concorrência, não sendo aplicado o tratamento diferenciado previsto nos Artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com fulcro no Art. 49, inciso II e IV da referida norma.

8.3.1 A opção pela não exclusividade fundamenta-se na natureza crítica dos fármacos, que são de uso contínuo, essencial e indispensáveis à manutenção das atividades de saúde desta Entidade. A restrição do certame a ME/EPP poderia comprometer a segurança do abastecimento, dada a necessidade de garantir fornecedores com robusta capacidade logística e produtiva, capazes de suportar a demanda ininterrupta e o volume necessário para o atendimento regular dos pacientes.

8.3.2 A decisão pela ampla concorrência também é ratificada pela experiência administrativa desta Entidade em certames anteriores, nos quais foram registradas falhas reiteradas na entrega de insumos por parte de empresas de pequeno porte. Tais inexecuções, decorrentes de limitações na escala de produção e logística de distribuição, geraram riscos críticos de desabastecimento. Tratando-se de produtos medicamentosos (uso essencial e ininterrupto), a Administração não pode admitir a reincidência de tais gargalos operacionais, sob pena de interrupção dos serviços de saúde e prejuízo direto ao atendimento da população.



8.3.3 Portanto, a medida visa não apenas ampliar a competitividade, mas assegurar que o interesse público e a continuidade do serviço essencial de saúde não sejam prejudicados por eventuais limitações operacionais, garantindo a eficiência e a segurança jurídica da contratação.

8.4 Qualquer ato ou conduta que configure infração à ordem econômica, com o objeto ou potencial de limitar, falsear ou prejudicar a livre concorrência, será apurado e reprimido nos termos da Lei nº 12.529/2011, incluindo-se as práticas de cartel caracterizadas, entre outras, por acordar, combinar, manipular ou ajustar com concorrente preços, condições, vantagens ou abstenção em licitação pública.

## 9. ESTIMATIVA DE VALOR PARA A CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), conforme previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício, em estrito alinhamento às necessidades identificadas e à previsão orçamentária do período.

9.2 A pesquisa de preços será conduzida pelo Setor de Cotações do CONSUD, com o objetivo de consolidar uma estimativa atualizada e compatível com a realidade do mercado farmacêutico, assegurando a economicidade e a ampla competitividade do certame.

9.2.1 A metodologia utilizada para a formação do preço estimado observará os parâmetros estabelecidos na legislação vigente, priorizando a utilização de painéis de preços oficiais, contratações similares de outros entes públicos e, subsidiariamente, cotações junto a fornecedores especializados.

9.2.2 Os resultados detalhados da pesquisa de preços e o respectivo mapa comparativo encontram-se registrados em anexo a este Termo de Referência, em cumprimento aos princípios da transparência, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os recursos orçamentários para o objeto deste Termo de Referência ocorrerão por conta das seguintes despesas:

CONTA	ÓRGÃO/UNIDADE	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
CONSUD/AME				
14	01.2001	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
CONSUD/CEO				
120	01.2012	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
CAPS ADIII				
48	01.3002	10.302.1.2.4	3.3.90.30.00.00	324

Francisco Beltrão, 14 de maio de 2026.

**PATRICIA DOS SANTOS**  
Encarregada de Planejamento



# CONSUD

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste

## ANEXO I LISTA GERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	AME	CAPS AD III	CEO	QUANTIDADE TOTAL
COMPRIMIDOS						
1	9351 - ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG (CATMAT 267502);	COMPRIMIDO	30	1	0	31
2	9384 - AMITRIPTILINA CLORIDRATO 25MG (CATMAT 267512);	COMPRIMIDO	0	300	0	300
3	9387 - AMOXICILINA 500MG (CATMAT 271089);	COMPRIMIDO	0	500	0	500
4	9389 - AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500MG+ 125MG (CATMAT 271217);	COMPRIMIDO	0	500	0	500
5	9397 - ANLODIPINO 5MG (CATMAT 272434)	COMPRIMIDO	100	1	0	101
6	9407 - AZITROMICINA 500MG (CATMAT 267140);	COMPRIMIDO	0	300	0	300
7	9421 - BIPERIDENO CLORIDRATO 2MG (CATMAT 270140);	COMPRIMIDO	0	500	0	500
8	9430 - CAPTOPRIL 25 MG (CATMAT 267613);	COMPRIMIDO	100	1500	0	1.600
9	9432 - CARBAMAZEPINA 200MG (CATMAT 267618);	COMPRIMIDO	0	2500	0	2.500
10	9438 - CARBONATO DE LÍCIO 300MG (267621);	COMPRIMIDO	0	2500	0	2.500
11	9441 - CARVEDILOL 12,5MG (CATMAT 267564);	COMPRIMIDO	100	1	0	101
12	9445 - CEFALEXINA 500 MG (CATMAT 267625);	COMPRIMIDO	0	500	0	500
13	9461 - CIPROFLOXACINO CLORIDRATO 500MG (CATMAT 267632);	COMPRIMIDO	0	1200	0	1.200
14	9479 - CLORPROMAZINA CLORIDRATO 100MG (CATMAT 267638);	COMPRIMIDO	0	400	0	400
15	9480 - CLORPROMAZINA CLORIDRATO 25MG (CATMAT 267635);	COMPRIMIDO	0	500	0	500
16	9493 - DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 2MG (CATMAT 267645);	COMPRIMIDO	0	500	0	500
17	9498 - DIAZEPAM 5MG (CATMAT 267195);	COMPRIMIDO	0	10000	0	10.000
18	2782 - DIPIRONA SÓDICA 500MG (CATMAT 267203)	COMPRIMIDO	100	1500	0	1.600



# CONSUD

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste

19	<b>9539 - FENITOÍNA 100MG (CATMAT 267657);</b>	COMPRIMIDO	0	100	0	<b>100</b>
20	<b>2658 - FLUCONAZOL 150MG (CATMAT 267662);</b>	CÁPSULA	0	200	0	<b>200</b>
21	<b>9554 - FLUOXETINA CLORIDRATO 20MG (CATMAT 273009);</b>	COMPRIMIDO	0	1000	0	<b>1.000</b>
22	<b>9558 - FUROSEMIDA 40MG (CATMAT 267663);</b>	COMPRIMIDO	0	300	0	<b>300</b>
23	<b>9572 - HALOPERIDOL 5MG (CATMAT 267669);</b>	COMPRIMIDO	0	800	0	<b>800</b>
24	<b>9588 - IBUPROFENO 600MG (CATMAT 267676);</b>	COMPRIMIDO	0	1500	0	<b>1.500</b>
25	<b>9592 - ISOSSORBIDA DINITRATO 5MG; COMPRIMIDO SUBLINGUAL (CATMAT 273395);</b>	COMPRIMIDO	90	1	0	<b>91</b>
26	<b>16195 - LOPERAMIDA 2MG (CATMAT 273264);</b>	COMPRIMIDO	0	200	0	<b>200</b>
27	<b>9618 - LORATADINA 10MG (CATMAT 273466);</b>	COMPRIMIDO	0	400	0	<b>400</b>
28	<b>9621 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG (CATMAT 268856);</b>	COMPRIMIDO	100	1000	0	<b>1.100</b>
29	<b>9625 - METFORMINA CLORIDRATO 850MG (CATMAT 267691);</b>	COMPRIMIDO	0	1500	0	<b>1.500</b>
30	<b>2815 - METOCLOPRAMIDA 10MG (CATMAT 267312);</b>	COMPRIMIDO	50	100	0	<b>150</b>
31	<b>9663 - OMEPRAZOL 20MG (CATMAT 267712);</b>	CÁPSULA	0	10000	0	<b>10.000</b>
32	<b>9669 - PARACETAMOL 500MG (CATMAT 267778);</b>	COMPRIMIDO	100	1500	0	<b>1.600</b>
33	<b>2831 - PARACETAMOL 750MG (CATMAT 267779);</b>	COMPRIMIDO	0	1000	0	<b>1.000</b>
34	<b>9691 - PREDNISONA 20MG (CATMAT 267743);</b>	COMPRIMIDO	0	500	0	<b>500</b>
35	<b>9728 - SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO COM TRIMETROPINA 400MG + 80MG (CATMAT 308882);</b>	COMPRIMIDO	0	300	0	<b>300</b>
36	<b>9732 - SULFATO FERROSO 40MG (CATMAT 292344)</b>	COMPRIMIDO	0	100	0	<b>100</b>
37	<b>9737 - TIAMINA CLORIDRATO 300MG (CATMAT 272341);</b>	COMPRIMIDO	0	6000	0	<b>6.000</b>
38	<b>9364 - VALPROATO DE SÓDIO 250MG (CATMAT 267504);</b>	COMPRIMIDO	0	2000	0	<b>2.000</b>
39	<b>9365 - VALPROATO DE SÓDIO 500MG (CATMAT 267505);</b>	COMPRIMIDO	0	8000	0	<b>8.000</b>
<b>INJETÁVEIS</b>						



# CONSUD

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste

40	<b>9370 - ÁGUA PARA INJETÁVEIS</b> DESTILADA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA; AMPOLA 10ML (CATMAT 276839);	AMPOLA	300	300	0	<b>600</b>
41	<b>15953 - ARTICAÍNA 4% + EPINEFRINA 1:100</b> , TUBETE DE VIDRO (CATMAT 297697)	TUBETE	0	1	3000	<b>3.001</b>
42	<b>9450 - CEFTRIAXONA SÓDICA ASSOCIADA A LIDOCAÍNA INJETÁVEL</b> 1G, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL + DILUENTE, FRASCO 3,5ML IM / IV (CATMAT 450891);	FRASCO AMPOLA	0	50	0	<b>50</b>
43	<b>9491 - DEXAMETASONA FOSFATO DISSÓDICO INJETÁVEL</b> 4MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA DE 2,5ML (CATMAT 292427);	AMPOLA	50	400	0	<b>450</b>
44	<b>9495 - DIAZEPAM INJETÁVEL</b> 5MG; SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML (CATMAT 267194);	AMPOLA	0	500	0	<b>500</b>
45	<b>9506 - DIPIRONA SÓDICA INJETÁVEL</b> 500MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML (CATMAT 268252);	AMPOLA	50	500	0	<b>550</b>
46	<b>9568 - HALOPERIDOL DECANOATO INJETÁVEL</b> 50MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1ML (CATMAT 292194)	AMPOLA	0	100	0	<b>100</b>
47	<b>9570 - HALOPERIDOL INJETÁVEL</b> 5MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML (CATMAT 292196);	AMPOLA	0	200	0	<b>200</b>
48	<b>9695 - PROMETAZINA CLORIDRATO INJETÁVEL</b> 25MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML (CATMAT 267769);	AMPOLA	0	100	0	<b>100</b>
<b>SOLUÇÕES LÍQUIDAS, XAROPES, POMADAS</b>						
49	<b>9489 - DEXAMETASONA ACETATO CREME</b> 1MG/ML; CREME DERMATOLÓGICO, BISNAGA 10G (CATMAT 267643);	BISNAGA	20	30	0	<b>50</b>
50	<b>9492 - DEXCLORFENIRAMINA MALEATO XAROPE</b> 0,4MG/ML; XAROPE, FRASCO 100ML (CATMAT 298454);	FRASCO	0	50	0	<b>50</b>
51	<b>9507 - DIPIRONA SÓDICA</b> 500MG FRASCO 10ML (CATMAT 267205);	FRASCO	10	30	0	<b>40</b>
52	<b>9578 - HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO</b> 61,5MG/ML; SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100ML (CATMAT 340783)	FRASCO	0	50	0	<b>50</b>
53	<b>9591 - IPRATRÓPIO BROMETO INALANTE</b> 0,25ML; SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO, FRASCO 20ML (CATMAT 268331);	FRASCO	0	30	0	<b>30</b>
54	<b>9597 - LACTULOSE XAROPE</b> 667MG/ML; XAROPE; FRASCO 120ML (CATMAT 383750)	FRASCO	0	100	0	<b>100</b>
55	<b>9616 - LIDOCAÍNA CLORIDRATO GELEIA</b> 2%; APRESENTAÇÃO GELEIA, BISNAGA 30G (CATMAT 269846);	BISNAGA	150	1	0	<b>151</b>
56	<b>9639 - MICONAZOL NITRATO CREME</b> 20MG/G, (2%); CREME, BISNAGA 28G (CATMAT 268286);	BISNAGA	0	30	0	<b>30</b>
57	<b>9652 - NISTATINA</b> 100.000UI/ML; SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 50ML (CATMAT 267378);	FRASCO	0	30	0	<b>30</b>





# CONSUD

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste

58	<b>9671 - PARACETAMOL GOTAS</b> 200MG/ML; SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 15ML (CATMAT 267777);	FRASCO	10	30	0	<b>40</b>
59	<b>9676 - PERMETRINA LOÇÃO</b> 50MG/ML (5%); LOÇÃO CAPILAR, FRASCO 60ML (CATMAT 363597);	FRASCO	0	30	0	<b>30</b>
60	<b>9706 - SALBUTAMOL SULFATO SPRAY</b> 100MCG/DOSE; AEROSSOL ORAL SPRAY, FRASCO 200 DOSES (CATMAT 294887);	FRASCO	0	50	0	<b>50</b>
61	<b>9727 - SULFADIAZINA DE PRATA CREME</b> 1%; CREME DERMATOLÓGICO, BISNAGA 50G (CATMAT 272089);	BISNAGA	50	1	0	<b>51</b>
62	<b>15105 - CONTRASTE RADIOLÓGICO, NÃO-IÔNICO 300.</b> SOLUÇÃO INJETÁVEL EM FRASCO DE 100ML. UTILIZADO PARA USO DIAGNÓSTICO. CADA ML DA SOLUÇÃO CONTÉM EQUIVALENTE A 300 MG DE IODO. INTRAVASCULAR, ORAL OU INTRACAVITÁRIO. OBS.: A EMPRESA DEVERÁ FORNECER PARA O CONSUD EM COMODATO 1 (UMA) BOMBA INJETORA SIMPLES (UMA CABEÇA); 1 (UMA) ESTUFA PARA AQUECIMENTO DO CONTRASTE; 500 KITS DESCARTÁVEIS COMPOSTOS DE SERINGA DE 200ML E CONECTOR ESPIRALADO, COMPATÍVEIS COM A BOMBA INJETORA; 10.000 (DEZ MIL) UNIDADES DE CONECTORES DESCARTÁVEIS "PATIENT LINE" (CATMAT 443579);	FRASCO	1000	1	0	<b>1.001</b>
63	<b>15106 - CONTRASTE RADIOLÓGICO, NÃO-IÔNICO 370.</b> SOLUÇÃO INJETÁVEL EM FRASCO DE 100ML. UTILIZADO PARA USO DIAGNÓSTICO. CADA ML DA SOLUÇÃO CONTÉM EQUIVALENTE A 370 MG DE IODO. INTRAVASCULAR, ORAL OU INTRACAVITÁRIO. OBS.: A EMPRESA DEVERÁ FORNECER PARA O CONSUD EM COMODATO 1 (UMA) BOMBA INJETORA SIMPLES (UMA CABEÇA); 1 (UMA) ESTUFA PARA AQUECIMENTO DO CONTRASTE; 500 KITS DESCARTÁVEIS COMPOSTOS DE SERINGA DE 200ML E CONECTOR ESPIRALADO, COMPATÍVEIS COM A BOMBA INJETORA; 10.000 (DEZ MIL) UNIDADES DE CONECTORES DESCARTÁVEIS "PATIENT LINE" (CATMAT 328922);	FRASCO	500	1	0	<b>501</b>
64	<b>16194 - OXIGÊNIO MEDICINAL, NA FORMA DE GÁS.</b> INCOLOR, INSPÍDO, INODORO, NÃO TÓXICO E NÃO INFLAMÁVEL, INDICADO PARA USO TERAPÊUTICO EM PROCEDIMENTOS MÉDICOS. APRESENTA FÓRMULA QUÍMICA O <sub>2</sub> , COM GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, CONFORME NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES. POSSUI MASSA MOLECULAR DE 31,99G/MOL, SENDO DESTINADO À OXIGENAÇÃO E SUPORTE RESPIRATÓRIO DE PACIENTES EM AMBIENTE ASSISTENCIAL, INCLUSIVE EM EXAMES QUE DEMANDAM SEDAÇÃO. OBS.: A EMPRESA DEVERÁ FORNECER EM CILINDROS DE 7 LITROS (CATMAT 449553).	CILINDRO	70	1	0	<b>71</b>



**CONSUD**

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste

Francisco Beltrão, 14 de maio de 2026.

**TÁBATA CRISTINA COLUSSI**  
Farmacêutica



# CONSUD

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste

## **MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO 10/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 11/2026**

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 00/2026**

No dia ....., por este instrumento de Ata de registro de preços, que entre si fazem, de um lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE**, Associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica, com sede na Rod. Contorno Vitorio Traiano, nº 501, Bairro Água Branca, Município de Francisco Beltrão - Paraná, CEP 85.601.-838, inscrita no CNPJ sob nº 00.333.678/0001-96, neste ato representado por seu Presidente Senhor JEAN PIERR CATTO, brasileiro, maior, portador do CPF. nº 026.863.009-73 e RG. Nº 6.085.110-7 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua Canjerana, 789, Centro, na cidade de Santa Izabel do Oeste/Paraná, aqui denominado CONSUD, e de outro lado as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas **DETENTORAS DA ATA**, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº10/2026, com respaldo na Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021 e na Resolução 24/2023 do CONSUD e tem ajustado as seguintes cláusulas e condições.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto desta licitação o registro de preços visando a aquisição de medicamentos para o atendimento das demandas internas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD) e do CAPS AD III, de acordo com os quantitativos estimados e durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

§1º Os itens objeto deste planejamento são classificados como bens comuns, nos termos do Art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

<b>Ite m</b>	<b>Material/Serviço</b>	<b>Unid. medida</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor unit.</b>	<b>Valor total</b>
				R\$	R\$
<b>Total</b>					R\$

§2º O objeto desta ARP restringe-se, exclusivamente, ao fornecimento de medicamentos industrializados, produzidos por laboratórios farmacêuticos devidamente autorizados.

- I. Não será aceita a oferta de medicamentos manipulados (fórmulas magistrais ou oficinais).
- II. A vedação justifica-se pela natureza das atividades desenvolvidas na sede e no CAPS AD III, que demandam medicamentos com apresentações e dosagens industriais padronizadas, além da existência de planejamento específico para itens de manipulação quando necessário.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto desta ata será de responsabilidade exclusiva da DETENTORA DA ATA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pela presente detentora da ata.

**§1º** O valor total do objeto da presente licitação é de **R\$ (0,00)**, e o pagamento deverá ocorrer conforme descrito na cláusula “DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO”, constante nessa minuta da Ata de Registro de Preços.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Parágrafo único** - Os recursos orçamentários para o objeto deste Termo de Referência ocorrerão por conta das seguintes despesas:

Conta	Órgão/ Unidade	Funcional programática	Elemento de despesa	Fonte
<b>CONSUD</b>				
14	1.2001	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
21	1.2002	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
26	1.2003	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
30	1.2004	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
34	1.2005	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
58	1.2007	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
119	1.2012	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
41	1.3001	10.302.1.2.4	3.3.90.30.00.00	001
48	1.3002	10.302.1.2.4	3.3.90.30.00.00	001

### **CLÁUSULA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

A medição será realizada mensalmente ou de acordo com a periodicidade das entregas efetivas, tomando-se como base os medicamentos efetivamente recebidos e aceitos, em estrita conformidade com as especificações desta Ata de Registro de Preços e os quantitativos solicitados.

**§1º** Para fins de medição e posterior liquidação, os fármacos devem ser entregues em perfeitas condições, respeitando-se integralmente os requisitos de armazenamento e transporte estabelecidos, tais como temperatura, embalagem original íntegra e ausência de danos físicos.

**§2º** A conferência técnica para fins de medição incluirá a verificação do prazo de validade remanescente, que deverá ser de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total no ato da entrega, sendo os itens em desacordo rejeitados ou condicionados à substituição via Carta de Compromisso de Troca.

**§3º** Os documentos que acompanham o fornecimento serão analisados detalhadamente, devendo conter todas as informações exigidas para a rastreabilidade, como descrição do item, número do lote, data de fabricação e validade, sob pena de devolução do documento fiscal para correção.

**§4º** Os fiscais designados para o acompanhamento do contrato possuem total autonomia para aplicar os métodos de aferição, amostragem e verificação que julgarem necessários para garantir a fidedignidade das medições e o fiel cumprimento das obrigações contratuais.



**§5º** A escolha dos métodos de medição pela fiscalização visará sempre a garantia da qualidade dos fármacos entregues e o bom andamento da execução contratual, podendo incluir a solicitação de laudos técnicos e inspeções detalhadas nos volumes recebidos

**§6º** A Nota Fiscal deverá ser emitida pela DETENTORA DA ATA, após solicitação formal da CONTRATANTE. O pagamento ficará condicionado ao atesto definitivo da fiscalização do contrato, realizado após a conferência técnica da conformidade dos medicamentos.

**§7º** Nota Fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente sob o mesmo CNPJ utilizado na habilitação e assinatura da Ata, em nome do:

- I. **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD)**, CNPJ: 00.333.678/0001-96, Inscrição Estadual: Isento, Rodovia Contorno Vitório Traiano, nº 501. Bairro Água Branca, Francisco Beltrão – PR. CEP: 85.601-838.

**§8º** No corpo da nota fiscal deverá obrigatoriamente constar:

- I. O número da Ata de Registro de Preços e do Processo Licitatório;
- II. O número da Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra correspondente;
- III. descrição detalhada, a marca, o número do lote e a quantidade dos medicamentos entregues.

**§9º** A descrição dos itens na Nota Fiscal deverá reproduzir fielmente a redação constante na Ata de Registro de Preços e na proposta de preços homologada

**§10** Quando houver alteração de dados bancários, a DETENTORA DA ATA deverá enviar novo comprovante de conta bancária pessoa jurídica, no mesmo CNPJ utilizado na habilitação, ao Setor Financeiro do CONSUD, por meio do e-mail [financeiro@consud.org](mailto:financeiro@consud.org).

**§11** A conta bancária informada deverá ser, preferencialmente, do Banco do Brasil.

**§12** Havendo erros na emissão da nota fiscal, ou na entrega dos produtos, que impeçam a liquidação da despesa, a nota fiscal deverá ser substituída ou anulada pela DETENTORA DA ATA. Nesses casos, o prazo de pagamento ficará suspenso até a adoção das medidas saneadoras.

**§13** A DETENTORA DA ATA é responsável pela correta apuração e recolhimento dos tributos incidentes sobre o fornecimento dos produtos, devendo informar, na nota fiscal, o regime tributário ao qual está vinculado.

**§14** O CONSUD, por sua natureza jurídica de consórcio público de direito público, equiparado a autarquia, procederá à retenção tributária obrigatória, nos termos da legislação aplicável e das Instruções Normativas RFB nº 1234/2012, nº 2110/2022 e nº 2145/2023 RFB e suas alterações.

**§15** Na ausência de informação expressa sobre a não incidência de retenções, o CONSUD efetuará automaticamente a retenção do imposto de renda na fonte.

**§16** Caso a DETENTORA DA ATA seja optante do Simples Nacional, deverá constar menção expressa na nota fiscal, acompanhada da declaração nos moldes do Anexo IV da IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

**§17** O pagamento será condicionado à efetiva entrega dos medicamentos, devidamente atestada pela gestão e fiscalização do contrato, e à apresentação da nota fiscal acompanhada das certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista exigidas pela legislação.

**§18** DETENTORA DA ATA deverá apresentar, por meio do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) ou mediante certidões individualizadas, os documentos comprobatórios de regularidade:

- I. Certidão Negativa de Débitos da União;
- II. Certidão Negativa de Débitos Estadual;
- III. Certidão Negativa de Débitos Municipal;
- IV. Certidão de Regularidade do FGTS;
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**§19** Constatada a ausência ou o vencimento de qualquer das certidões de regularidade exigidas, a Coordenação Administrativa notificará formalmente a DETENTORA DA ATA para que promova a regularização no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias corridos. A inércia do fornecedor após o transcurso deste prazo sujeitará a empresa à aplicação de sanções administrativas, nos termos dos Artigos 121 e 137 da Lei nº 14.133/2021.

**§20** O pagamento será realizado em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos do aceite definitivo da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente no mesmo CNPJ da licitante vencedora, vinculada ao contrato.

**§21** Em razão da natureza jurídica do CONSUD e da procedência multifonte dos recursos financeiros, os pagamentos poderão ser processados de forma desmembrada, conforme a disponibilidade de repasses dos entes consorciados e das transferências intergovernamentais vinculadas, podendo haver variações nos prazos de efetiva liquidação entre as diferentes fontes pagadoras e entre os meses de execução, sem que a alteração nas datas habituais de crédito configure atraso ou inadimplemento.

**§22** Não será admitido pagamento por boleto bancário, operação de factoring ou qualquer forma de cessão de crédito, bem como não será autorizado pagamento antecipado, sendo devido apenas o valor correspondente aos serviços prestados, conforme condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência.

**§23** Em caso de aplicação de multas decorrentes de processo administrativo, os respectivos valores poderão ser deduzidos dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

**§24** O pagamento será efetuado pelo CONSUD em horário de expediente. Caso a data programada coincida com feriado, será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente.

## **CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO**

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços permanecerão fixos e irrevogáveis durante sua vigência.

**§1º** Na hipótese de formalização de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços com vigência superior a 12 (doze) meses, os valores poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

**§2º** A suspensão ou interrupção da execução da Ata durante a análise dos pedidos de revisão, sem expressa concordância do gestor da Ata, ensejará a aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e na Ata de registro de preços;

**§3º** A concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, por meio de revisão, está condicionada à demonstração exaustiva e analítica, por parte da fornecedora, da ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual, resultante de fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que retardem ou impeçam a execução contratual, ou ainda em casos de força maior;

**§4º** Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não suspendem a execução das ARPs. Eventual recomposição de valores em favor da DETENTORA DA ATA deverá, preferencialmente, ser paga a título indenizatório, após análise e aprovação do CONSUD;

**§5º** A suspensão ou interrupção da execução contratual durante a análise dos pedidos de revisão, sem a expressa concordância do gestor da ARP, implicará a aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e na ata;

**§6º** Qualquer solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser devidamente comprovada. As notas de empenho de despesa emitidas anteriormente à data do pedido não sofrerão alterações;

**§7º** A DETENTORA DA ATA deverá formalizar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por escrito, acompanhado dos documentos comprobatórios pertinentes. O valor do ajuste solicitado não poderá superar o preço médio de mercado vigente à época;

**§8º** O pedido deverá ser enviado ao e-mail institucional [protocolo@consud.org](mailto:protocolo@consud.org), acompanhado do requerimento mencionado no §7º, bem como dos seguintes documentos:

- I. Notas fiscais da aquisição do item pela DETENTORA DA ATA;
  - a. Notas fiscais dos itens que serão solicitados o reequilíbrio na data da licitação;
  - b. Notas fiscais dos itens que serão solicitados o reequilíbrio na data da solicitação do reequilíbrio;
- II. Ofício ou carta do laboratório, em caso de desistência ou troca de marca;
- III. Outros documentos julgados necessários;
- IV. Demonstrativo detalhado, conforme modelo abaixo (um para cada item);

Processo Nº XX/XXX	Pregão Eletrônico Nº XX/XXX
Nº do Item:	
Descrição do Item:	
Marca:	
Dados que serviram de base para oferta de preços na licitação	Dados para comprovar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro
Preço registrado na licitação	Novo preço proposto
Preço de compra antes da licitação	Preço de compra atual
Data da compra	Data da compra
Nº da Nota fiscal	Nº da Nota fiscal

**§9º** Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios exigidos;

**§10** O Consórcio poderá consultar os preços das demais empresas participantes, observando a ordem de classificação, para contratar com a empresa que apresentar o menor preço antes de deferir o pedido de reequilíbrio, liberando a requerente da obrigação de entrega do medicamento;

**§11** O Consórcio poderá convocar a qualquer momento a DETENTORA DA ATA para reduzir os preços registrados, em conformidade com pesquisas de mercado realizadas, ou em caso de alterações conjunturais que provoquem a redução dos preços praticados no mercado nacional ou internacional;

**§12** Caso não haja redução dos preços, a fornecedora será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas. O Consórcio poderá convocar os demais fornecedores classificados para negociação nas mesmas condições ou revogar total ou parcialmente a ata de registro de preços;

**§13** Os valores ajustados somente serão repassados à DETENTORA DA ATA após a assinatura e devolução da minuta devidamente assinada e a publicação do aditamento no Diário Oficial.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO TERMO ESPECÍFICO DA ATA E DA GARANTIA**

Será firmado uma única Ata de Registro de preços com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pela lei nº 14.133/2021 e Resolução do CONSUD 24/2023, rescindindo-se automaticamente após o prazo estipulado ou podendo ser alterado em suas cláusulas através de Termo Aditivo, com prazo de entrega de 5 (cinco) dias úteis da solicitação;

**§1º** O prazo de vigência da Ata será pelo período de 12 (doze) meses, com início em \_\_\_\_\_ e término em \_\_\_\_\_.

**§2º** Em conformidade com o disposto no Art. 84 da Lei nº 14.133/2021, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período, desde que haja manifestação de interesse da Administração e seja comprovada a manutenção da vantagem econômica dos preços registrados.



**§3º** A licitante vencedora se obriga a manter durante toda a execução da Ata as mesmas condições da habilitação;

**§4º** Conforme previsto no Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021, antes de formalizar a Ata ou proceder a qualquer prorrogação, o CONSUD deverá realizar as seguintes consultas para assegurar a idoneidade e regularidade da detentora:

- I. Verificar a regularidade fiscal e tributária da contratada;
- II. Consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- III. Consultar o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- IV. Emitir certidão negativa de inidoneidade;
- V. Emitir certidão negativa de impedimento;
- VI. Emitir certidão negativa de débitos trabalhistas;

**§5º** Toda a documentação comprobatória das consultas mencionadas no subitem anterior deverá ser obrigatoriamente anexada ao respectivo processo administrativo de contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA ATA**

A DETENTORA DA ATA declara aceitar os métodos de controle adotados pelo CONSUD, comprometendo-se a fornecer a documentação assistencial e técnica necessária ao acompanhamento da execução, nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**§1º** A fiscalização e a gestão do contrato serão exercidas pelos seguintes agentes públicos:

- I. Gestora de Contratos: Camila Dahmer;
- II. Fiscal Técnica: Naira Milena Sabbi;
- III. Fiscal Administrativo: Gustavo Henrique Fiorese

**§2º** À Fiscalização Técnica compete, mas não se limita, a verificar a estrita conformidade dos medicamentos entregues com as especificações desta Ata de Registro de Preços, incluindo a conferência de laudos de pureza, prazos de validade, integridade das embalagens e manutenção da cadeia de frio para itens termolábeis

**§3º** À Fiscalização Administrativa compete, mas não se limita, ao controle dos aspectos formais da Ata de Registro de Preços, incluindo a conferência da regularidade documental da detentora, a gestão dos saldos dos itens registrados e a instrução dos processos para fins de pagamento.

**§4º** O CONSUD manterá canal de Ouvidoria, nos termos da Resolução nº 32/2025, cujos relatórios e denúncias procedentes sobre a qualidade dos fármacos ou falhas no fornecimento poderão subsidiar a fiscalização na apuração de faltas contratuais e na aplicação de sanções administrativas.

**§5º** A atuação dos fiscais não exclui nem reduz a responsabilidade integral da detentora da Ata pela qualidade técnica, eficácia e segurança dos medicamentos fornecidos, bem como por quaisquer danos decorrentes de vícios de fabricação ou transporte inadequado.



### **CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

Após a homologação do resultado final do certame, a licitante vencedora deverá realizar o cadastro de seu representante junto ao Setor de Compras do CONSUD, pelo e-mail [compras@consud.org](mailto:compras@consud.org), no prazo de 3 (três) dias úteis.

**§1º** Após a homologação da licitação, será formalizada a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP), que funcionará como o documento vinculativo de fornecimento, contendo os valores, condições e demais especificações acordadas, estabelecendo o compromisso formal da licitante vencedora em cumprir os termos definidos.

**§2º** O Setor de Contratação do CONSUD entrará em contato com a licitante vencedora, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, enviando a ARP pelo canal oficial de comunicação do setor para assinatura.

**§3º** A licitante vencedora deverá dispor de Certificação Digital válida da empresa para efetuar a assinatura da ARP.

**§4º** A empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da ARP, para realizar a ASSINATURA DIGITAL e devolver o documento pelo mesmo canal de comunicação utilizado para o envio inicial.

- I. A exigência de assinatura digital na Ata de Registro de Preços está fundamentada no artigo 5º, inciso I, do Decreto nº 10.278/2020.

**§5º** Após a assinatura da ARP, a licitante vencedora passará a ser denominada formalmente como DETENTORA DA ATA, sendo responsável por cumprir integralmente as obrigações previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

**§6º** Caso a licitante vencedora se recuse a assinar a ARP ou apresente situação irregular no momento da convocação, será chamada a próxima licitante classificada, seguindo a ordem de classificação, para a assinatura. Esse procedimento será realizado sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme previsto no Art. 142, § 2º, da Resolução nº 24/2023 do CONSUD.

### **CLÁUSULA NONA – DA SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS**

A solicitação de fornecimento dos produtos será formalizada exclusivamente pelo CONSUD por meio da emissão da Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra, que funcionará como a autorização oficial de fornecimento.

**§1º** A referida nota será encaminhada apenas pelos canais de comunicação oficiais da instituição, garantindo a autenticidade e a segurança do processo, devendo a DETENTORA DA ATA processar apenas os pedidos que forem formalizados por este meio.

**§2º** O CONSUD não está vinculado ao atendimento de eventuais exigências de faturamento mínimo ou lotes mínimos estipulados pela DETENTORA DA ATA para a realização dos pedidos.

**§3º** A empresa deverá atender integralmente às solicitações realizadas, independentemente do valor ou volume solicitado, observando rigorosamente os critérios quantitativos e as especificações técnicas estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

**§4º** A DETENTORA DA ATA deverá confirmar o recebimento das solicitações formalizadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, através do mesmo canal oficial de comunicação utilizado para o envio da Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra.

**§5º** Caso seja verificada qualquer irregularidade, erro material ou necessidade de ajuste na solicitação enviada, a DETENTORA DA ATA deverá comunicar imediatamente à Administração, de forma clara e fundamentada, para que sejam adotadas as medidas saneadoras cabíveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

A entrega do objeto relativo à presente licitação dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, conforme a necessidade do CONSUD, em estrita concordância com o Art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

**§1º** O fornecimento dos produtos não estabelece qualquer vínculo empregatício entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, sob nenhuma circunstância.

**§2º** O prazo de entrega dos itens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento do pré-empenho, devendo o fornecimento ocorrer em remessa única para cada autorização expedida, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**§3º** Caso não seja efetivada a entrega total do pedido no prazo estabelecido, ou esta ocorra de forma parcial, a DETENTORA DA ATA será notificada para se manifestar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**§4º** A ausência de manifestação ou o indeferimento da justificativa apresentada acarretará a abertura imediata de processo administrativo para apuração e eventual aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e na legislação vigente.

**§5º** O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante solicitação formal da DETENTORA DA ATA, desde que protocolada dentro do prazo inicial de 20 (vinte) dias corridos e devidamente instruída com documentos comprobatórios que justifiquem a excepcionalidade, ficando a aceitação a critério exclusivo da Administração.

**§6º** A justificativa deverá ser protocolada oficialmente por meio de ofício enviado aos e-mails institucionais *protocolo@consud.org* e *compras@consud.org*, com a devida comunicação complementar via WhatsApp Institucional do setor competente.

**§7º** A mercadoria deverá ser entregue na Rodovia Contorno Vitório Traiano, nº 501, Bairro Água Branca, em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85601-838.

**§8º** Os horários de recebimento de materiais são das 8h às 11h30 e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira.

**§9º** O responsável pelo Setor de Compras do CONSUD poderá indicar outro local para a entrega durante a vigência da Ata de Registro de Preços, desde que a comunicação seja realizada formalmente e em tempo hábil através dos canais oficiais da Instituição.

**§10** O recebimento dos itens na sede do Consórcio dar-se-á mediante agendamento prévio, via telefone, WhatsApp ou e-mail institucional, cujos contatos serão fornecidos por ocasião do envio da Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

Fica determinantemente proibida a troca de marca ou fabricante dos produtos registrados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, devidamente formalizado e instruído com documentos comprobatórios aceitos pela Administração do CONSUD.

**§1º** Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nesta Ata de Registro de Preços, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação, sem ônus para o Consórcio e sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**§2º** Os medicamentos deverão possuir prazo de validade remanescente de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da validade total no ato da entrega na sede do CONSUD.

**§3º** No ato da entrega, os produtos serão recebidos PROVISORIAMENTE para posterior verificação de conformidade técnica e quantitativa.

**§4º** No momento da apresentação dos produtos, acompanhados do respectivo romaneio, será realizada a conferência da quantidade de volumes e a assinatura do comprovante de entrega provisória.

**§5º** A assinatura no conhecimento de frete ou romaneio não implica o recebimento definitivo da mercadoria e nem atesta a sua conformidade com a Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra

**§6º** Os produtos serão recebidos DEFINITIVAMENTE em até 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, mediante a verificação do cumprimento dos seguintes requisitos:

- I. A quantidade e a descrição dos produtos devem estar em estrita conformidade com o solicitado na Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra;
- II. Os fármacos devem apresentar prazo de validade conforme estabelecido neste documento e registros válidos junto à ANVISA visíveis nas embalagens.
- III. As embalagens devem estar invioladas, corretamente identificadas e conter, obrigatoriamente, o número do lote, data de validade, data de fabricação e descrição do item.

- IV. Para medicamentos isentos de registro, devem ser apresentados os documentos comprobatórios de notificação simplificada e a respectiva norma regulamentadora.
- V. As condições de transporte devem observar a RDC nº 304/2019, com controle rigoroso de temperatura, empilhamento e umidade.
- VI. Produtos termolábeis transportados em caixas térmicas devem apresentar monitoramento de temperatura que comprove a integridade da cadeia de frio desde a origem até a entrega.

**§7º** Confirmada a conformidade técnica, a Nota Fiscal será atestada pelo fiscal responsável para fins de processamento do pagamento.

**§8º** Caso a conferência não seja concluída no prazo de 10 (dez) dias, o recebimento definitivo será presumido, sem que isso exima a detentora da Ata de responsabilidades por vícios ocultos ou irregularidades identificadas posteriormente.

**§9º** Caso os materiais sejam devolvidos por desacordo técnico, todas as despesas de logística e substituição serão de responsabilidade exclusiva da detentora da Ata

**§10** Não será permitida a entrega de produtos sem a apresentação da respectiva Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra e dos documentos fiscais pertinentes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

Os medicamentos somente serão aceitos se estiverem identificados de acordo com a Denominação Comum Brasileira (DCB), em estrita observância ao Art. 3º da Lei nº 9.787/1999.

**§1º** Registro Sanitário:

- I. Somente serão aceitos produtos que possuam registro vigente junto à ANVISA.
- II. O fornecedor deverá manter junto aos órgãos reguladores todos os alvarás, licenças e inspeções devidamente atualizados durante toda a execução contratual.
- III. No ato da entrega, deverá ser apresentada a comprovação do registro sanitário ou a publicação no Diário Oficial da União (DOU), conforme as informações prestadas na proposta de preços.

**§2º** Embalagem e Rotulagem:

- I. Não serão aceitos medicamentos cujas embalagens apresentem sinais de violação, aderência ao produto, umidade, avarias ou qualquer inadequação técnica que comprometa a integridade do conteúdo.
- II. As embalagens externas e internas devem estar lacradas e conter, de forma visível e indelével, o nome do medicamento, número do lote, data de fabricação e prazo de validade, atendendo às especificações da RDC nº 71/2009.
- III. As embalagens devem apresentar, de maneira nítida e permanente, os dizeres: "PROIBIDA A VENDA AO COMÉRCIO", conforme determina a Portaria nº 2.814/1998.
- IV. Os medicamentos genéricos deverão conter a identificação obrigatória com o texto "Medicamento GENÉRICO" dentro da tarja amarela, conforme a Lei nº 9.787/1999.



- V. A marca dos medicamentos de referência deve estar claramente indicada no produto ou em sua embalagem secundária.
- VI. As embalagens externas devem indicar claramente as condições adequadas de armazenamento, incluindo faixas de temperatura, proteção contra umidade e limites de empilhamento.
- VII. Os produtos devem vir acompanhados de suas respectivas bulas em português, cujos textos devem estar em conformidade com as normas do Ministério da Saúde e do Código de Defesa do Consumidor.
  - a. Para medicamentos sujeitos a controle especial, as embalagens e rotulagens deverão atender rigorosamente à Portaria nº 344/1998.
- VIII. As embalagens primárias (ampolas, blisters, strips e frascos) devem conter obrigatoriamente o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.
- IX. Medicamentos em pó liofilizado para preparo de solução injetável deverão vir acompanhados do respectivo diluente apropriado, conforme padronização técnica.
- X. Para produtos acondicionados em bisnagas, estas deverão possuir lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para rompimento do mesmo, além de aplicadores quando o uso assim exigir.
- XI. Produtos em frascos devem apresentar lacre na tampa e acompanhar dosador (copo ou seringa) quando aplicável.
- XII. Aplicadores fornecidos com cremes, pomadas, óvulos ou géis ginecológicos devem estar protegidos por material individual adequado e devidamente selados.
- XIII. Medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de todos os itens necessários para sua correta aplicação ou infusão, como filtros e equipos, quando especificado na literatura técnica.
- XIV. Itens fotossensíveis devem ser obrigatoriamente acondicionados em embalagens que garantam a proteção farmacológica necessária durante o armazenamento e a dispensação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

As embalagens dos medicamentos devem conter, de forma clara, visível e indelével, o nome do farmacêutico responsável técnico pela fabricação do produto.

**§1º** Deve constar obrigatoriamente o número do registro profissional no Conselho Regional de Farmácia (CRF) e a respectiva Unidade da Federação (UF) na qual o profissional está inscrito.

**§2º** O registro do farmacêutico responsável deve estar devidamente vinculado ao Conselho Regional de Farmácia da unidade federativa onde a unidade fabril do produto está localizada, em estrita observância às normas de regulação da profissão farmacêutica e da ANVISA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VALIDADE E TRANSPORTE**

As embalagens dos medicamentos e materiais devem, obrigatoriamente, apresentar a data de validade em conformidade com a legislação vigente, indicando de forma clara o período durante o qual o fármaco mantém sua estabilidade e eficácia terapêutica.



**§1º** No ato da entrega na sede do CONSUD, o prazo de validade remanescente dos itens deve ser de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total de validade do produto.

**§2º** Na eventual impossibilidade de cumprimento do percentual estabelecido no item anterior, e caso a Administração aceite o recebimento para evitar o desabastecimento da rede de saúde, a DETENTORA DA ATA deverá obrigatoriamente apresentar uma Carta de Compromisso de Troca.

- I. A referida Carta de Compromisso de Troca obriga a detentora a substituir, integralmente e sem ônus para o Consórcio, os itens que não forem utilizados antes do vencimento, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a solicitação.

**§3º** Quando houver a necessidade de substituição de produtos ou de ações corretivas por parte da DETENTORA DA ATA em relação à validade, os prazos de pagamento serão suspensos até a regularização total do fornecimento.

**§4º** O descumprimento dos critérios de validade ou a recusa na substituição pactuada em Carta de Troca caracterizará atraso na entrega, sujeitando a fornecedora à aplicação de multa sobre o valor total dos itens em desacordo e demais sanções administrativas.

**§5º** O acondicionamento e o transporte dos medicamentos devem atender rigorosamente às normas sanitárias vigentes, garantindo proteção contra sujidade, umidade, variações de temperatura e demais exigências estabelecidas na RDC nº 430/2020 e na RDC nº 16/2014.

**§6º** No caso de produtos termolábeis, as embalagens térmicas e os sistemas de controle utilizados devem ser apropriados para assegurar a integridade térmica e a estabilidade farmacológica do produto durante todo o trajeto.

- I. Para o transporte de produtos termolábeis, a detentora da Ata deverá utilizar dispositivos de monitoramento de temperatura (sensores, termômetros de máxima e mínima ou fitas térmicas) que permitam a comprovação da manutenção da cadeia de frio no ato do recebimento.

**§7º** O transporte deve seguir critérios técnicos que garantam a preservação da identidade, qualidade e integridade físico-química dos fármacos.

**§8º** No momento da entrega na sede do CONSUD, os volumes devem estar organizados obrigatoriamente por número de lote, a fim de viabilizar a celeridade e a precisão no processo de conferência e recebimento.

**§9º** As caixas e embalagens secundárias utilizadas no transporte devem estar em perfeito estado de conservação e ser adequadas à natureza dos produtos, preferencialmente em suas embalagens originais de fábrica.

- I. Em caso de avaria ou dano verificado no ato da descarga, os itens deverão ser imediatamente recolhidos e substituídos pela fornecedora por produtos íntegros, sem qualquer custo adicional para o Consórcio.

**§10** Não serão aceitos medicamentos transportados em veículos que apresentem sujidade, odores fortes ou que transportem simultaneamente substâncias tóxicas, perigosas ou qualquer material que possa causar contaminação.

**§11** Em caso de extravio de mercadorias pela transportadora, a DETENTORA DA ATA deverá providenciar a reposição imediata dos itens, respeitando o prazo de entrega estabelecido nesta Ata de Registro de Preços, contado a partir da notificação formal da Administração.

**§12** Produtos transportados em condições incompatíveis com as recomendações do fabricante (faixa de temperatura inadequada, embalagens molhadas, esmagadas ou com lacres rompidos) não serão recebidos sob nenhuma hipótese.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto principal desta Ata de Registro de Preços.

**§1º** Será admitida a subcontratação exclusivamente para a execução dos serviços de transporte, logística e descarregamento dos medicamentos, devendo a entrega ser realizada obrigatoriamente na sede do CONSUD, em Francisco Beltrão.

**§2º** Na hipótese de subcontratação prevista no item anterior, a detentora da Ata de Registro de Preços assumirá total e exclusiva responsabilidade, civil e administrativa, por todos os atos, omissões ou eventuais danos causados pela subcontratada ou seus prepostos durante o trajeto e a descarga dos itens.

**§3º** A existência de contrato de subcontratação não exime a fornecedora principal do cumprimento rigoroso das obrigações relativas aos prazos de entrega, condições de armazenamento e integridade farmacêutica dos produtos, permanecendo esta como a única responsável perante o CONSUD por qualquer desconformidade verificada no ato do recebimento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

As partes comprometem-se a observar e cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, relativamente aos dados a que tiverem acesso em razão da execução da presente Ata de Registro de Preços.

**§1º** A DETENTORA DA ATA deverá utilizar os dados pessoais eventualmente disponibilizados pelo CONSUD exclusivamente para a execução do objeto contratado, vedada sua utilização para finalidade diversa, compartilhamento não autorizado ou qualquer forma de tratamento incompatível com as disposições legais aplicáveis.

**§2º** A DETENTORA DA ATA deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**§3º** Caso ocorra incidente de segurança envolvendo dados pessoais relacionados à execução da presente Ata, a DETENTORA DA ATA deverá comunicar formalmente o CONSUD no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a ciência do fato, fornecendo todas as informações necessárias para avaliação dos riscos e adoção das medidas cabíveis.

**§4º** A DETENTORA DA ATA responderá integralmente pelos danos causados em decorrência do tratamento irregular de dados pessoais realizado por seus empregados, prepostos ou terceiros sob sua responsabilidade, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e legais aplicáveis.

**§5º** Encerrada a vigência da Ata ou cessada a necessidade de tratamento dos dados pessoais, a DETENTORA DA ATA deverá eliminar ou devolver os dados recebidos do CONSUD, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória previstas na legislação vigente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA**

A DETENTORA DA ATA deverá cumprir integralmente as obrigações decorrentes da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais aplicáveis, bem como as previstas no edital, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas relacionadas à execução adequada e perfeita do objeto contratado.

**§1º** Executar a entrega do objeto contratado de acordo com as condições, prazos, local e especificações qualitativas e quantitativas estabelecidas nesta Ata de Registro de preços e na nota de empenho de despesa ou autorização de fornecimento.

**§2º** Atender a todos os pedidos de contratação durante o período de vigência da Ata, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, observando a capacidade de fornecimento fixada em sua proposta e os prazos estabelecidos pelo Consórcio.

**§3º** Manter um canal de comunicação eficiente com o CONTRATANTE, respondendo prontamente a esclarecimentos, ajustes ou demandas relacionadas ao objeto contratado.

**§4º** Preservar, durante toda a vigência da Ata, todas as condições de habilitação exigidas no processo licitatório.

**§5º** Responsabilizar-se pela qualidade e procedência dos fármacos, bem como pela inviolabilidade de suas embalagens até a entrega, garantindo que o transporte, mesmo quando realizado por terceiros subcontratados, ocorra segundo as condições de empilhamento, temperatura e umidade registradas na ANVISA.

**§6º** Entregar os produtos com prazo de validade remanescente de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da validade total no ato do recebimento na sede do CONSUD.

**§7º** Assumir integralmente os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros relacionados à sua condição de empregadora.

**§8º** Entregar todos os medicamentos acompanhados de bula em português brasileiro e, quando aplicável, da relação da rede de assistência técnica autorizada.

**§9º** Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para entrega, eventuais motivos de força maior que impossibilitem o cumprimento do prazo, mediante a devida comprovação documental.

**§10** Garantir que todos os produtos fornecidos estejam em perfeito estado, com data de validade legível e apresentando características organolépticas (aparência, odor e textura) apropriadas e íntegras.

**§11** Sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, prestando esclarecimentos e atendendo a eventuais notificações com a maior brevidade possível.

**§12** Responsabilizar-se por eventuais erros ou omissões na elaboração do faturamento e na emissão de documentos fiscais, arcando com os custos decorrentes de eventuais retificações.

**§13** Abster-se de fornecer itens sem a devida autorização prévia ou em desacordo com a nota de pré-empenho, sob pena de não recebimento, rescisão contratual e aplicação de sanções.

**§14** Responder por vícios e danos relacionados ao objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

**§15** Manter incluídos no valor proposto todos os custos e despesas, tais como tributos, taxas, encargos sociais, seguros, fretes e materiais necessários ao cumprimento integral do objeto, isentando a CONTRATANTE de custos adicionais.

**§16** Manter a regularidade fiscal, trabalhista e tributária durante toda a execução da Ata, sob pena de suspensão de pagamentos até a efetiva regularização.

**§17** Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais na sede do CONSUD, com força de trabalho própria ou subcontratada, sem ônus adicional ao Consórcio.

- I. Substituir, sem custos para a Administração, todos os produtos que no ato da entrega ou conferência apresentarem embalagens violadas, identificação ilegível ou qualquer desacordo com as especificações exigidas.
- II. Substituir por itens de qualidade equivalente ou superior todo produto que apresentar defeito de fabricação ou estiver fora do prazo de validade estabelecido neste instrumento.

**§18** Apresentar, sempre que solicitado, documentação comprobatória de regularidade sanitária e profissional.

**§19** Emitir nota fiscal em conformidade com os requisitos legais e as instruções de faturamento estabelecidas pelo CONSUD.

**§20** Não transferir a terceiros a responsabilidade contratual assumida perante o Consórcio, ressalvada a subcontratação de transporte prevista nesta Ata de Registro de Preços.



**§23** Informar à CONTRATANTE quaisquer alterações de endereço, telefone ou e-mail de forma imediata.

**§24** Comunicar alterações no Contrato Social ou na estrutura societária, apresentando os documentos comprobatórios no prazo de até 3 (três) dias úteis após o registro no órgão competente.

**§25** Utilizar exclusivamente o canal oficial de comunicação do CONSUD (*compras@consud.org* e *protocolo@consud.org*) para o envio formal de documentos e informações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Comunicar à DETENTORA DA ATA, formalmente e por escrito, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas durante a execução do contrato, estabelecendo prazo razoável para que sejam corrigidas de forma satisfatória.

**§1º** Fornecer à DETENTORA DA ATA as informações e os esclarecimentos necessários para sanar quaisquer dúvidas relacionadas à execução do contrato, garantindo o suporte administrativo adequado ao cumprimento das obrigações contratuais.

**§2º** Garantir o cumprimento das condições de pagamento à DETENTORA DA ATA, observando rigorosamente os prazos, critérios e demais condições estabelecidas no edital e na legislação vigente.

**§3º** Aplicar as sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e no edital, em caso de inadimplemento ou descumprimento de quaisquer obrigações por parte da DETENTORA DA ATA.

- I. Antes da aplicação de quaisquer sanções, notificar formalmente a DETENTORA DA ATA, em estrita conformidade com a Resolução nº 93/2016 do CONSUD, que regulamenta os procedimentos administrativos internos, assegurando o direito à ampla defesa e ao contraditório.

**§4º** Verificar minuciosamente a conformidade dos medicamentos recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste documento e na proposta de preços, para fins de aceitação e posterior recebimento definitivo.

**§5º** Utilizar obrigatoriamente o canal de comunicação oficial do CONSUD (*compras@consud.org* e *protocolo@consud.org*) para o envio de quaisquer documentos ou comunicações formais, destinados à DETENTORA DA ATA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

A presente contratação pauta-se pela observância de critérios de sustentabilidade que visam a mitigação de impactos ambientais e o fomento à responsabilidade socioambiental em todo o ciclo de vida do objeto. Sob esta ótica, o processo de aquisição de medicamentos prioriza soluções que



aliem a eficácia terapêutica à preservação dos recursos naturais, incentivando a utilização de embalagens e recipientes que favoreçam a reciclagem ou a logística reversa.

§1º No que tange à logística e distribuição, a Administração busca valorizar práticas que otimizem o transporte para a redução da emissão de gases poluentes e a utilização racional de materiais de embalagem secundária. As contratadas deverão observar o descarte adequado de resíduos decorrentes do fornecimento, em estrita conformidade com as normas ambientais vigentes, visando minimizar o impacto ecológico da operação.

§2º Além da dimensão ambiental, os critérios de sustentabilidade abrangem a eficiência administrativa e a máxima utilidade do gasto público. O modelo de Registro de Preços adotado nesta licitação é uma ferramenta estratégica de sustentabilidade, pois permite um planejamento de demanda preciso para a sede e o CAPS AD III, evitando a imobilização desnecessária de capital e, primordialmente, reduzindo o risco de descarte de medicamentos por vencimento de prazo de validade (perda de estoque).

§3º Dessa forma, a atuação do CONSUD assegura que a política pública de saúde contribua para a proteção ambiental e para a responsabilidade fiscal, garantindo que o suprimento das unidades internas ocorra de forma ética, eficiente e pautada na gestão inteligente de recursos públicos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PENALIDADES**

A DETENTORA DA ATA, durante a execução do contrato, que incorrer em infrações contratuais ou legais, ficará sujeito às seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- V. Sanções previstas na minuta contratual, cometidas na fase de execução contratual;
- VI. Descredenciamento do sistema de registro cadastral;
- VII. Cancelamento da Ata de Registro de Preços.

§1º As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

§2º Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, o Consórcio aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

<b>CORRESPONDÊNCIA DE % (PORCENTAGEM)</b>		
<b>Grau</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Aplicação</b>
01	10% (dez por cento)	valor do empenho
02	10% (dez por cento) ao dia	valor do empenho
03	20% (vinte por cento) ao dia	valor do item
04	10% (dez por cento)	valor total da Ata por item

05	30% (trinta por cento)	valor total da Ata
----	------------------------	--------------------

**§3º** Da classificação das infrações por gravidade (GRAU):

INFRAÇÃO DESCRIÇÃO DA GRAVIDADE OCORRIDA		
Item	Descrição	Grau
1	Deixar de apresentar as certidões de regularidade (fiscal, trabalhista e previdenciária) junto à nota fiscal ou quando solicitado pela Administração.	05
2	Não cumprir o horário de entrega estabelecido nesta ARP;	01
3	Suspensão ou interrupção da execução da ARP, durante a análise dos pedidos de revisão, sem expressa concordância da Administração;	02 e 05
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais;	05
5	Entregar produto em desacordo com as especificações deste documento e proposta sem motivo justificado e aceito pela Administração;	03
6	Entrega em local diferente do especificado no contrato sem prévia autorização;	02
7	Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do contrato;	01
8	Atraso injustificado, até o trigésimo dia, para a entrega dos produtos, incidente sobre a quantidade que deveria ser entregue, contado a partir da emissão nota de empenho de despesa, limitados à 30 (trinta) dias (POR INCIDÊNCIA);	01 e 02
9	Entregar medicamentos com prazo de validade inferior ao estabelecido nesta ARP (75%) sem a prévia apresentação e aceite de Carta de Compromisso de Troca.	03
10	Entregar medicamentos termolábeis sem o devido monitoramento de temperatura ou com evidências de excursão térmica (fora da faixa recomendada pelo fabricante) durante o transporte.	03
11	Deixar de substituir, no prazo de 10 (dez) dias corridos, produtos que apresentarem vícios de qualidade, embalagens avariadas ou que tenham sido objeto de recall sanitário.	02
12	Recusar o atendimento de pedidos sob a alegação de faturamento mínimo ou lote mínimo, descumprindo a obrigação de atender qualquer quantitativo registrado.	01

**§4º** A somatória das multas previstas nas tabelas acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do empenho referente à produção no mês da ciência da infração.

**§5º** No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias corridos ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 30% (trinta por cento) do valor total do empenho referente à produção no mês da ciência da infração, fica facultado ao Consórcio reconhecer a ocorrência das hipóteses de cancelamento da ARP.

**§6º** O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à empresa CONTRATADA;

- I. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a empresa CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial.

**§7º** A multa, aplicada após regular processo administrativo, e esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido à empresa CONTRATADA, será encaminhada para cobrança judicial.

**§8º** A manutenção da regularidade fiscal, durante a execução do contrato, constitui condição obrigatória. O descumprimento poderá motivar:

- I. Rescisão contratual por descumprimento de cláusula essencial (Art. 121, §1º, e Art. 137, inciso III, da Lei 14.133/2021;
- II. Cancelamento da execução dos serviços contratados, conforme análise de conveniência e interesse público;
- III. Aplicação das sanções administrativas cabíveis.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

A detentora da Ata de Registro de Preços compromete-se a atender às solicitações de fornecimento que vierem a ser formalizadas pelos órgãos participantes, observados os quantitativos máximos registrados e os prazos de vigência da ata.

**§1º** Qualquer contratação decorrente da ata estará sujeita, após a formalização do contrato, à possibilidade de alteração quantitativa, nos termos do art. 125, I, da Lei nº 14.133/2021, hipótese em que o contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições da contratação, os acréscimos ou diminuições quantitativas do objeto, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

**Parágrafo único** - O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste poderá unilateralmente declarar rescindido de pleno direito a presente Ata, com direito à aplicação de multas a sem prejuízo de qualquer direito ou indenizações nos seguintes casos:

- I. Falência, concordata ou dissolução da DETENTORA DA ATA;
- II. Superveniente de incapacidade técnica ou financeira;
- III. Inobservância por parte da DETENTORA DA ATA de suas obrigações ou condições fundamentais da presente Ata;
- IV. Deixar de recolher pontualmente todos os tributos, impostos, taxas, ônus e encargos e que esteja obrigada por força de legislação e desta Ata;
- V. Ter a soma dos percentuais de multas aplicados à DETENTORA DA ATA ultrapassada 10% (dez por cento);
- VI. Por estrita conveniência da Administração o presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo por iniciativa da CONTRATANTE, independentemente de interpelação Judicial.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**Parágrafo único** - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, e em outros referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS**

**Parágrafo único** - A troca eventual de documentos entre o CONTRATANTE e a DETENTORA DA ATA será feita por meio de e-mail e WhatsApp. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE**

**Parágrafo único** - Uma vez firmado, o extrato da presente Ata será publicado no DIOEMS e Jornal de Beltrão, pelo CONTRATANTE, bem como no PNCP em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/21.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

**Parágrafo único** - Fica assegurado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Independentemente de sua natureza jurídica (fabricante, importadora ou distribuidora), a DETENTORA DA ATA deverá comunicar formalmente ao CONSUD, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, quaisquer protocolos submetidos à ANVISA que envolvam alterações de prazo de validade, excipientes, local de fabricação ou mudanças no processo produtivo do medicamento.

**§1º** A referida comunicação deve ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após o protocolo junto à agência reguladora.

**§2º** Na hipótese de interdição do laboratório fabricante, descontinuidade da produção ou cancelamento do registro do fármaco durante a vigência da Ata, a detentora será integralmente responsável por substituir o item por outro de mesma composição, concentração e eficácia terapêutica comprovada.

- I. A substituição mencionada no item anterior estará sujeita à prévia análise técnica e homologação pelo CONSUD, não podendo gerar qualquer ônus financeiro adicional para a Administração.



- II. Caso o valor de mercado ou de registro do medicamento substituto seja inferior ao do produto originalmente registrado na Ata, o CONSUD reserva-se o direito de realizar o pagamento correspondente ao menor valor verificado.

**§3º** Se forem identificadas alterações que comprometam a estabilidade ou qualidade do produto dentro de seu prazo de validade, a DETENTORA DA ATA será obrigada a realizar a substituição imediata dos lotes afetados, observando as mesmas especificações e quantidades, sem ônus para o Consórcio e no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a notificação formal.

**§4º** A administração do CONSUD não assumirá qualquer responsabilidade por compromissos firmados pela DETENTORA DA ATA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços.

**§5º** O CONSUD restará isento de qualquer responsabilidade civil ou administrativa por danos causados a terceiros em decorrência de atos praticados pela detentora, seus empregados, prepostos ou subcontratados durante a execução do objeto.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO**

**Parágrafo único** - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução desta Ata nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro da presente Ata, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DAS PARTES INTEGRANTES E VINCULAÇÃO AO EDITAL**

As condições estabelecidas no edital nº 10/2026 – Pregão Eletrônico e na proposta apresentada pela CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição, onde vincularam a proposta com o edital, conforme o Art. 5º da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021.

**§1º** Serão incorporados a esta Ata, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pelo CONTRATANTE e DETENTORA DA ATA, tais como a prorrogação de prazos.

**§2º** As partes signatárias deste contrato reconhecem e aceitam que a presente proposta está estritamente vinculada às condições estabelecidas no edital 09/2026, do qual essa ata é parte integrante.

**§3º** A Contratada compromete-se a cumprir integralmente todas as disposições, requisitos e condições estabelecidos no referido edital, bem como em seus anexos e eventuais retificações.



§4º Em caso de divergência entre as condições estabelecidas nesta minuta de ata e as especificações do edital, prevalecerão as disposições do edital, exceto se expressamente acordado de outra forma pelas partes por meio de aditivo contratual.

§5º A Contratada declara estar ciente de que sua proposta e documentos apresentados para a participação nesta licitação estão em conformidade com todas as exigências do edital, e compromete-se a manter a regularidade documental durante todo o período de execução do contrato.

§6º O descumprimento das condições estabelecidas na ata acarretará as sanções previstas no próprio edital, na legislação pertinente e neste contrato, podendo resultar na rescisão do contrato, aplicação de penalidades financeiras e/ou outras medidas cabíveis.

§7º A Contratada compromete-se a acatar quaisquer alterações, retificações ou esclarecimentos que venham a ser publicados pelo órgão responsável pela licitação durante o processo, e a ajustar sua proposta de acordo com tais modificações.

§8º A contratada declara ter estabilidade econômico-financeira essencial para garantir que sua empresa mantenha operações consistentes e saudáveis, mesmo diante de desafios e flutuações de mercado, demonstrando resiliência e capacidade de adaptação frente a cenários adversos dos serviços de saúde pública;

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA SUCESSÃO E DO FORO**

**Parágrafo único** - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02(duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Francisco Beltrão, estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da DETENTORA DA ATA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Francisco Beltrão, -- de ----- de 2026.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE - CONSUD**

PRESIDENTE – Jean Pierr Catto

RAZÃO SOCIAL (00.000.000/0000-00)	RAZÃO SOCIAL (00.000.000/0000-00)
--------------------------------------	--------------------------------------